



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
EDITAL-PADRÃO DE ENGENHARIA

PROCEDIMENTOS DISCIPLINADOS COM BASE NA LEI FEDERAL

CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE - MENOR PREÇO

Visto em

Conforme o edital-matriz aprovado
pela Portaria PGE nº 021/2019

PREÂMBULO

1. Regência legal:

Esta licitação obedecerá as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto nº 9.534/05, da Instrução SAEB nº 027/15, bem como a legislação específica.

2. Requisito de participação:

[NOTA: deve ser definido pelo órgão licitante]

() Participação restrita a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

[NOTAS:

1. Itens de contratação até R\$ 80.000,00

2. Observar o art. 48, inc. I, da LC nº 123/06

3. Observar a Lei estadual nº 11.619/09 e Decreto estadual nº 12.678/11]

(x) **Ampla Participação**

(x) **Sem reserva de cota**

() Híbrido

(x) Itens com participação restrita a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

[NOTAS:

1. Itens de contratação até R\$ 80.000,00

2. Observar o art. 48, inc. I, da LC nº 123/06

3. Observar a Lei estadual nº 11.619/09 e Decreto estadual nº 12.678/11]

(x) Itens de Ampla Participação

(x) Sem reserva de cota

3. Processo administrativo:

00537491-1/2018

4. Órgão/entidade e setor:

SEC/COINF

5. Modalidade/número de ordem:

(x) Concorrência nº 004/2019

6. Tipo de Licitação:

() Por item
(x) Menor Preço (fator "k") (x) Por lote
() Global

() Por item

[NOTA: A impossibilidade de utilização do fator "k" como critério da avaliação da proposta de preço deverá ser justificada em parecer técnico fundamentado, aprovado pela autoridade superior competente.]

() Menor Preço (sem fator "k") () Por lote

() Global



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

7. Objeto da licitação/Codificação no Certificado de Registro – SAEB:

() Obra e serviço de engenharia

Especificar: Construção de Blocos de Sala de Aula, Adequação, Manutenção Elétrica e Civil, Construção de Refeitório, Construção de Vestiário, Construção de Reservatório, Construção de Quadra Coberta, Cobertura de Quadra, em 12 Unidades Escolares de Ensino Médio de Tempo Integral, nos Municípios de Bom Jesus da Lapa, Candiba, Ilhéus, Jitaúna, Paulo Afonso, Pojuca, Riachão do Jacuípe, Salvador, Sento Sé, Serrinha e Vitória da Conquista, sob a Gestão da Secretaria da Educação do Estado da Bahia

8. Regime de execução

() Empreitada por preço unitário

() Empreitada por preço global

[NOTA: A adoção da empreitada por preço global deverá ser justificada em parecer técnico fundamentado, aprovado pela autoridade superior competente.]

9. Dotação orçamentária:

Unidade FIPLAN	Função	Subfunção	Programa	P/A/OE
11101.0091	12	368	212	7531/7528

Região/planejamento	Natureza da despesa	Destinação do recurso	Tipo de recurso orçamentário
5400/6500/6200/5700/ 7600/7800/5600/6700/ 7200/7400	44905100/33903900	0322000000	1

10. Prazo para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente:

() 30 (trinta) dias, observado o disposto no art. 64, da Lei Federal nº 8.666/93. [**NOTA: ≤ a 30 dias**]

11. Local, dia e hora para recebimento das propostas e documentos e início da sessão pública da licitação:

Endereço: Secretaria da Educação do Estado - Coordenação de Licitações – COPEL Sala 07 – térreo. 5ª

Avenida, nº 550, Cento Administrativo da Bahia, Salvador/Ba. CEP: 41.745-004

Data: 22/07/2019

Horário: 10:00 (horário Local)

12. Exame prévio da minuta e aprovação da assessoria jurídica:

() Declaro que a fase interna deste procedimento foi examinada pelo órgão legal de assessoramento jurídico, conforme o Parecer nº PA-NSAS-VCF-042/2019 de 16/05/2019

13. Interstício mínimo para o recebimento das propostas:

() 30 dias corridos [**concorrência do tipo menor preço**]

14. Índice: [NOTA: os elementos assinalados são obrigatórios, os demais dependem do caso concreto]

PARTE I – PROPOSTAS

- () SEÇÃO I. Especificações para elaboração da proposta de preços
- () SEÇÃO II. Termo de Referência do objeto da licitação
- () SEÇÃO III. Orçamento estimado em planilha
- () SEÇÃO IV. Modelo de Descrição da Proposta
 - () 1 - Modelo de descrição da proposta de preços
- () SEÇÃO V. Modelo de declaração de elaboração independente de proposta e de inexistência de impedimento à participação no certame
- () SEÇÃO VI. Modelo de procuração
- () SEÇÃO VII. Modelo de declaração de enquadramento (Lei Complementar nº 123/06) [**NOTA: exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte**]

PARTE II – HABILITAÇÃO

- () SEÇÃO I. Documentos de Habilitação
- () SEÇÃO II. Certificado de Registro Cadastral CRC/CRS



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- () SEÇÃO III. Modelos de Prova de Qualificação Técnica
() Comprovação de Aptidão para o Desempenho
() Declaração de Ciência dos Requisitos Técnicos (Visita técnica)
() Indicação das Instalações, do Aparelhamento e do Pessoal Técnico
- () SEÇÃO IV. Modelo de Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor
() SEÇÃO V. Modelo de declaração quanto à regularidade fiscal e trabalhista (Lei Complementar nº 123/06)
[NOTA: exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte]
- () SEÇÃO VI. Modelo de Prova de Qualificação Econômico-financeira - Declaração da relação dos compromissos assumidos

PARTE III – CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

- () SEÇÃO I. Amostras/demonstração de compatibilidade
() Não
- () SEÇÃO II. Participação de empresas reunidas em consórcio **[NOTA: assinalar]**
() Sim
() Não
- () SEÇÃO III. Participação de cooperativas
() Não
- () SEÇÃO IV. Avaliação das propostas técnicas **[NOTA: assinalar no tipo técnica e preço]**
() Não se aplica

PARTE IV – CONTRATO

- () Minuta do contrato

PARTE V – DOS PROJETOS [NOTA: excluir quando objeto for a contratação de projeto básico]

- () Projeto Básico
() Projeto Executivo

PARTE FIXA- RITO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E CONTRATAÇÃO

- () Título I – Dos Princípios
() Título II – Dos Impedimentos
() Título III- Das Propostas e dos Documentos de Habilitação
() Título IV – Do Procedimento da Licitação
() Título V – Das Impugnações
() Título VI – Das Disposições Finais
() Título VII – Da Revogação e Anulação
() Título VIII - Da Contratação
() Título IX – Das Penalidades
() Título X – Do Foro

15. Informações e esclarecimentos adicionais

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser obtidos no portal www.comprasnet.ba.gov.br ou solicitados ao responsável pela expedição do instrumento convocatório.

16. Responsável pela expedição do convocatório e meio de contato:

Servidor responsável e portaria de designação: Ajurimar Dultra Simões Filho, Portaria nº 6152 de 2018
Endereço: Coordenação de Licitações – COPEL, Sala 07 – Térreo. Endereço: Secretariada Educação, 5ª Avenida, nº 550, Cento Administrativo da Bahia, Salvador/Ba. CEP: 41.745-004
Horário: 08:30 as 12h /13:30 as 18h Tel.: (71) 3115.0166 / 1420 Fax: xxx E-mail: copel@educacao.ba.gov.br

Salvador, 17 de junho de 2019

Ajurimar Dultra Simões Filho
matrícula 11.522.835-5



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



PARTE I – PROPOSTAS

SEÇÃO I
ESPECIFICAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

1. A proposta de preços terá validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data fixada neste instrumento para início da sessão pública, ainda que a licitante estipule prazo menor ou que não a consigne.

1.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de validade inferior ao mínimo, ficando facultado às licitantes ampliá-lo.

2. O prazo máximo de entrega ou de execução do objeto será o fixado no Projeto Básico, ainda que a licitante, em sua proposta, consigne prazo maior ou que não o estipule.

2.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de entrega ou de execução superior ao estabelecido no Projeto Básico, ficando facultado às licitantes reduzi-lo.

3. O prazo de garantia técnica será o fixado no Projeto Básico, ainda que a licitante, em sua proposta, consigne prazo menor ou que não o estipule.

3.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de garantia técnica inferior ao estabelecido no Projeto Básico, ficando facultado às licitantes ampliá-lo.

[COM FATOR "K"]

4. O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências constantes do Projeto Básico, em consonância com o modelo proposto neste convocatório, a qual deverá ser expressa em multiplicador "k", em duas casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

4.1 O multiplicador "K" incidirá linearmente sobre os preços unitários do orçamento de referência elaborado pela Administração.

4.2 O multiplicador não poderá ser superior a 1,00 (um vírgula zero zero).

4.3 Caso o multiplicador seja apresentado com número de casas decimais diverso do exigido, cada casa faltante ou excedente será considerada igual a zero.

4.4 Quando o produto do multiplicador pelos itens do orçamento de referência resultar em dízima periódica, serão desprezadas as demais casas decimais.

4.5 O orçamento de referência da obra ou serviço conterá todos os itens que compõem o objeto da contratação, elaborado a partir das composições dos custos unitários do sistema de referência utilizado, com fundamento no projeto básico previamente aprovado.

4.6 A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta financeira, o cronograma físico-financeiro da obra ou serviço de engenharia. **[NOTA: item 2.1.2 do Anexo Único do Decreto nº 9.534/05] [NOTA: excepcionar esta previsão quando incompatível com a natureza do objeto]**

[OU]

[SEM FATOR "K"]

~~4. O proponente deverá elaborar a sua proposta escrita de preços de acordo com as exigências constantes do Termo de Referência, em consonância com o modelo proposto neste convocatório, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em () duas () três casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas. **[NOTA: assinalar o quadro correspondente]**~~

5. No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

NOTAS:

1. Excepcionar esta cláusula, quando alguma espécie de fornecimento for de responsabilidade do CONTRATANTE.

2. Inserir nesta cláusula eventual desoneração tributária que deva ser considerada na formulação da proposta. [Ex.: art. 264, LXI, do Decreto nº 13.780/12 (Regulamento do ICMS/BA)]

6. Precedentemente à elaboração da proposta, a licitante deverá observar as cláusulas e disposições deste edital, de seus apensos e anexos, especialmente as constantes do instrumento de contrato e as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, não podendo alegar desconhecimento supervenientemente.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

7. A licitante deverá incluir no **envelope de proposta de preço**, sob pena de desclassificação, os seguintes documentos:

- (✓) Descrição da proposta de preços (PARTE I – PROPOSTAS/SEÇÃO IV.1)
- (✓) Declaração de elaboração independente de proposta e de inexistência de impedimento à participação no certame (PARTE I – PROPOSTAS/SEÇÃO V)
- (✓) Procuração, na hipótese de a proposta e/ou documentos subscritos por mandatário/procurador, acompanhada da prova da legitimidade de quem outorgou os poderes. (PARTE I – PROPOSTAS/SEÇÃO VI)
- () Declaração de pleno conhecimento (PARTE I – PROPOSTAS/SEÇÃO VIII) [**NOTA: assinalar exclusivamente na modalidade pregão**]

7.1 As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 deverão indicar esse enquadramento tributário na Declaração de Enquadramento, a qual também deve ser incluída no envelope da proposta de preço. **A não apresentação da declaração não implicará desclassificação da proposta, mas impedirá a concessão do tratamento diferenciado.** (PARTE I – PROPOSTAS/SEÇÃO VII)

SEÇÃO II
TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1. A presente licitação tem por objeto:

[NOTA: observar a Instrução SAEB nº 027/15]

- () Obra
Especificar:
- () Serviço de engenharia
Especificar:
- (**x**) Obra e serviço de engenharia
ESPECIFICAR: Construção de Blocos de Sala de Aula, Adequação, Manutenção Elétrica e Civil, Construção de Refeitório, Construção de Vestiário, Construção de Reservatório, Construção de Quadra Coberta, Cobertura de Quadra, em 12 Unidades Escolares de Ensino Médio de Tempo Integral, nos Municípios de Bom Jesus da Lapa, Candiba, Ilhéus, Jitaúna, Paulo Afonso, Pojuca, Riachão do Jacuípe, Salvador, Sento Sé, Serrinha e Vitória da Conquista, conforme detalhado no Termo de Referência, sob a Gestão da Secretaria da Educação do Estado da Bahia

2. Especificações, características, quantitativos, cronograma/prazo de execução e local da prestação dos serviços: Conforme Projeto Básico

3. Garantia Técnica:

- (**x**) Conforme Projeto Básico
- () _____ [**NOTA: DEFINIR, a exemplo de edital cujo objeto seja a elaboração de projeto básico**]

4. Responsável pelas informações constantes do termo de referência:

Servidor responsável: Mauricio Barreto Cunha
Lotação: Coordenação de Planejamento e Manutenção/COINF



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



SEÇÃO III
ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHA

Para efeito do art. 40, § 2º, II, da Lei Federal nº 8666/93, o orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários é de:

LOTE 01				
ITEM	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	INTERVENÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA
1	CANDIBA	COLÉGIO ESTADUAL ANTÔNIO BATISTA	BLOCO 04 SALAS, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 624.212,54
2	BOM JESUS DA LAPA	COLEGIO ESTADUAL MONSENHOR TURÍBIO VILA NOVA	REFEITÓRIO, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 441.236,43
TOTAL LOTE 01				R\$ 1.065.448,97
LOTE 02				
ITEM	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	INTERVENÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA
1	SENTO SÉ	COLEGIO ESTADUAL DR JUCA SENTO SE	VESTIÁRIO, REFEITÓRIO, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO CIVIL E ELÉTRICA	R\$ 946.815,86
TOTAL LOTE 02				R\$ 946.815,86
LOTE 03				
ITEM	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	INTERVENÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA
1	ILHÉUS	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 69.814,71
2	ILHÉUS	COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR FABIO ARARIPE GOULART	ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 214.942,21
TOTAL LOTE 03				R\$ 284.756,92
LOTE 04				
ITEM	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	INTERVENÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA
1	PAULO AFONSO	COLÉGIO ESTADUAL DEMOCRÁTICO QUITÉRIA MARIA DE JESUS	VESTIÁRIO, REFEITÓRIO, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO CIVIL E ELÉTRICA	R\$ 573.304,39
TOTAL LOTE 04				R\$ 573.304,39
LOTE 05				
ITEM	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	INTERVENÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA
1	SALVADOR	COLEGIO ESTADUAL MARQUÊS DE MARICÁ	QUADRA, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO CIVIL E ELÉTRICA	R\$ 1.008.037,83



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2	POJUCA	COLEGIO ESTADUAL LUIS EDUARDO MAGALHÃES	ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 72.165,47
TOTAL LOTE 05				R\$ 1.080.203,30
LOTE 06				
ITEM	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	INTERVENÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA
1	RIACHÃO DO JACÚIPE	COLEGIO ESTADUAL MARIA DAGMAR MIRANDA	RESERVATÓRIO, REFEITÓRIO, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 566.340,26
2	SERRINHA	COLEGIO ESTADUAL RUBEM NOGUEIRA	REFEITÓRIO, QUADRA, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 1.251.616,56
TOTAL LOTE 06				R\$ 1.817.956,82
LOTE 07				
ITEM	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	INTERVENÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA
1	VITÓRIA DA CONQUISTA	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO EUCLIDES DANTAS	ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 216.851,42
2	JITAÚNA	COLEGIO ESTADUAL GILDA RAMOS DOS SANTOS	VESTIÁRIO, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 337.981,70
TOTAL LOTE 07				R\$ 554.833,12
TOTAL GERAL DA LICITAÇÃO				R\$ 6.323.319,38

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

DIANTE DA EXTENSÃO, A MESMA SERÁ DISPONIBILIZADA COMO TABELA ANEXA AO PRESENTE EDITAL.

[NOTAS:

1. inserir planilha.

2 Indicar a tabela de preço/sistema de referência adotado e a data base: [item 2.1.3, IV, do Anexo Único do Decreto nº 9.534/05] [Ex.: SINAPI/SICRO.

3. Caso a planilha seja extensa, pode-se fazer uso de tabela anexa, com expressa remissão a esta Seção III.]

A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ASSIM COMO, OS DEMAIS ELEMENTOS QUE INTEGRAM O EDITAL, SERÃO DISPONIBILIZADA NO COMPRASNET.BA E NO SITE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO EM:

<https://www.comprasnet.ba.gov.br>

<http://institucional.educacao.ba.gov.br/licitacoescontratos>



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



SEÇÃO IV
MODELO DE DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

1. Modelo de descrição da proposta de preços

Modalidade de Licitação Concorrência	Número
--	--------

[ENGENHARIA COM FATOR "K"]

LOTE / ITEM	DESCRIÇÃO			
[OBS.: máximo admitido de 1,00, limitado a 02 (duas) casas decimais em algarismo, conforme disposto no subitem 2.1.1, II do Anexo Único do Decreto nº 9.534/05]				
multiplicador "k"				
PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇO:				
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA () DIAS [≥60]				

[OU]

[ENGENHARIA SEM FATOR "K"]

LOTE / ITEM	DESCRIÇÃO			
VALOR TOTAL DO LOTE/ITEM				R\$
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA () DIAS [≥60]				

Salvador ____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



SEÇÃO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

Modalidade de Licitação Concorrência	Número
--	--------

[Identificação completa do representante da licitante], como representante devidamente constituído de **[Identificação completa da licitante]**, doravante denominada LICITANTE, para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Declaro, ainda, para os efeitos art. 299 do Código Penal Brasileiro, não estar sujeito às hipóteses de impedimento de participação elencadas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, quais sejam:

Art. 9º - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

Salvador, ____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



SEÇÃO VI
MODELO DE PROCURAÇÃO

Modalidade de Licitação Concorrência	Número
--	--------

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a),
(nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela,
devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua
....., nº como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar
todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e
demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos
pertinentes ao certame etc).

Salvador ____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



SEÇÃO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)

[EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE]

Modalidade de Licitação Concorrência	Número
--	--------

Para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, declaramos:

que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição
() **de microempresa** [ou] () **de empresa de pequeno porte**
e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Salvador, ____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



PARTE II – HABILITAÇÃO

SEÇÃO I
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Para a habilitação dos interessados, exigir-se-ão os documentos relativos a:

1.1 Habilitação jurídica, comprovada mediante a apresentação:

(x) **Para pessoas jurídicas:**

- a) de registro público, no caso de empresário individual.
- b) em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
- c) no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
- d) decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

(x) **Para pessoas jurídicas:**

1.2.1. Regularidade fiscal, mediante a apresentação de:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte (x) Municipal - serviços, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante.
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS.
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

1.2.1.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, cumprindo-lhes assinalar a sua condição nos campos correspondentes na **Declaração Quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista**, conforme o modelo da **PARTE II** deste instrumento.

1.2.2 Regularidade trabalhista, mediante a apresentação de:

- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.2.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, cumprindo-lhes assinalar a sua condição nos campos correspondentes na **Declaração Quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista**, conforme o modelo da **PARTE II** deste instrumento.

1.3 Qualificação Técnica, comprovada através de: **[NOTA: excluir o que não será exigido, renumerando]**

- a) registro ou inscrição na entidade profissional competente (art. 101, I), qual seja **CREA/CAU**.
 - a1. Em se tratando de empresa não registrada no respectivo Conselho no Estado da Bahia, deverá apresentar o registro do Conselho do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do Conselho local antes da assinatura do contrato.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



- b) comprovação de **capacitação técnico-operacional**, que demonstre a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, preferencialmente de acordo com o modelo constante da **PARTE II** deste instrumento, limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo, sendo admitida a execução mínima dos seguintes quantitativos: (art. 30 da Lei nº 8.666/93).

LOTE 01

- Execução de Alvenaria de Vedação – 241,68 m²;
- Execução de Estruturas de Concreto – 56,26 m³;
- Execução de Estruturas Metálicas – 2.297,64 kg

LOTE 02

- Execução de Alvenaria de Vedação – 134,63 m²;
- Execução de Estruturas de Concreto – 9,75 m³;
- Execução de Estruturas Metálicas – 1.766,93 kg.

LOTE 03

- Execução de Alvenaria de Vedação – 36,46 m²;
- Execução de Estruturas de Concreto – 1,09 m³;

LOTE 04

- Execução de Alvenaria de Vedação – 138,83 m²;
- Execução de Estruturas de Concreto – 10,38 m³;
- Execução de Estruturas Metálicas – 1.766,93 kg

LOTE 05

- Execução de Alvenaria de Vedação – 117,01 m²;
- Execução de Estruturas de Concreto – 33,37 m³;
- Execução de Estruturas Metálicas – 498,96 kg.

LOTE 06

- Execução de Alvenaria de Vedação – 194,20 m²;
- Execução de Estruturas de Concreto – 91,56 m³;
- Execução de Estruturas Metálicas – 4.091,94 kg.

LOTE 07

- Execução de Alvenaria de Vedação – 107,97 m²;
- Execução de Estruturas Metálicas – 556,11 kg.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



[NOTAS:

1. A fixação do percentual deverá ser justificada tecnicamente.
2. O percentual de comprovação mínima não poderá exceder a 50% do QUANTITATIVO TOTAL.
3. Verificar a Súmula nº 263 do TCU.
4. A licitante poderá apresentar 01 (um) atestado com todos os itens (em conjunto) ou 01 (um) atestado para cada item requerido (isolado).

- c) comprovação de capacitação técnico-profissional, através da demonstração de possuir, em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado/registro de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes às do objeto da licitação, limitadas estas, exclusivamente, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo a seguir definidas:

Itens relevantes/atestados do profissional

- Obras Civis de Alvenaria;
- Obras Civis de Estruturas de Concreto Armado;
- Obras Civis de Estruturas Metálicas;

- c.1 A comprovação de que a licitante possui, em seu quadro, na data prevista para a entrega da proposta, detentor de atestado de responsabilidade técnica para execução de serviço de características semelhantes às do objeto desta licitação deverá ser feita através de uma das seguintes formas: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Termo através do qual o profissional assumira a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.
- c.2 A comprovação do atestado/registro de responsabilidade técnica será feita mediante a exibição da Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo Conselho da região onde a obra ou serviço tenha sido executado.
- c.3 Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- c.4 Não será admitido que um mesmo profissional indicado como responsável técnico participe de mais de uma proposta apresentada por licitantes diversos.

- d) declaração de ciência dos requisitos técnicos para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (**Visita Técnica**), preferencialmente de acordo com o modelo constante da **PARTE II** deste instrumento (art. 30, III).

d.1 As licitantes que dispensarem a realização da visita técnica deverão apresentar, junto com os documentos de habilitação, sob pena de inabilitação, declaração formal de que estão cientes das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, preferencialmente de acordo com o modelo constante da PARTE II deste instrumento, não podendo se eximir, posteriormente, das obrigações assumidas ou reivindicar qualquer alteração contratual sob o argumento de desconhecer as peculiaridades do objeto.

d.2 Responsável pelo agendamento de visita técnica:

Servidor responsável: **ANDRÉ BASTOS**

Endereço: **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.– SETOR: COINF, 3º ANDAR**

Horário: **8:30 às 12h / 13:30 às 18h** / Tel.: **(71) 3115.9150** Fax: xxx **E-MAIL:**

andre.bastos@educacao.ba.gov.br

[NOTAS:

1. A visita técnica como requisito de habilitação do certame deve ser exigida quando for condição imprescindível ao conhecimento das particularidades do objeto a ser licitado. (vide Acórdão TCU nº 866/2017-Plenário)
2. A exigência de visita técnica deve ser justificada no processo licitatório.
3. A realização de visita técnica pela licitante deve ser previamente agendada e não podem ser coincidente com as dos demais concorrentes.]

- e) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial (art. 30,I), qual seja:

Certidão do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA + Certidão de Acervo Técnico + Atestados de Capacidade Técnica Averbado pelo CREA.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- f) indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos. (art. 30, II)
- f.1 A licitante comprovará a aptidão operacional mediante a juntada, no envelope de habilitação, sob as penas da lei, em especial do disposto no art. 30, II, da Lei Federal nº 8.666/93, de relação explícita e declaração formal de disponibilidade, das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, de acordo com as especificações do PROJETO BÁSICO - PARTE V deste instrumento, preferencialmente de acordo com o modelo constante da PARTE II.
- f.2 A relação do pessoal técnico indicado pela licitante deverá estar acompanhada da demonstração de vinculação à futura execução contratual, mediante a juntada no envelope de habilitação, de quaisquer dos seguintes documentos: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Termo através do qual o profissional assumo o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

1.4 Qualificação econômico-financeira:

(x) a ser comprovada mediante: **[NOTA: excluir o que não será exigido, renumerando]**

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. A licitante apresentará, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial ou no caso de empresas sujeitas à tributação com base no lucro real, o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado emitido através do Sistema Público de Escrituração Digital –SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação, podendo este último ser substituído pela Etiqueta da Junta Comercial ou Órgão de Registro.

- a.1 A boa situação financeira da licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Corrente (LC) $\geq 1,50$, de Endividamento Geral (IEG) $\leq 0,60$ e Disponibilidade Financeira Líquida (DFL) \geq ao orçamento oficial da obra.
- a.2 O cálculo dos índices será feito com base nos valores extraídos do balanço patrimonial ou, para as licitantes cadastradas, através de consulta ao Cadastro Unificado de Fornecedores, utilizando as seguintes fórmulas:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \quad \text{IEG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \quad \text{DFL} = (10 \times \text{Patrimônio Líquido}) - \text{VA}$$

VA: Somatórios dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar, devidamente comprovados através do Balancete Analítico

- b) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, prevista no **PREÂMBULO**, caso o documento não consigne prazo de validade.
- c) demonstração de patrimônio líquido no montante mínimo de 10% (dez por cento) [**$\leq 10\%$**] do valor a ser contratado, o qual será obtido com base na proposta final apresentada pela própria licitante, admitindo-se a sua atualização com base no INPC do IBGE, ou por outro índice oficial que lhe vier substituir, com a apresentação dos cálculos devidamente subscritos por um representante legal da empresa e pelo contador, para tal qualificados.
- c.1 Na hipótese de licitação por lotes, o patrimônio líquido exigível será calculado em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que a interessada tenha apresentado as melhores ofertas. Quando for atingido o limite da capacidade econômico-financeira da licitante, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequentes, **observada a ordem seqüencial dos lotes** constante do instrumento convocatório, sendo vedada a escolha, pela licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.
- d) **declaração da relação de compromissos assumidos**, conforme modelo constante da **SEÇÃO VII da PARTE II**, da qual conste o valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura desta licitação.

1.5 Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Conforme o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, deverá ser apresentada declaração quanto ao trabalho do menor, conforme modelo constante da **SEÇÃO IV DA PARTE II** deste instrumento.

2. Regras acerca da participação de matriz e filial

- Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
- Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;
- A comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;
- Se a licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação da matriz e desejar executar o contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

3. A licitante deverá incluir no envelope de habilitação os documentos acima relacionados, sob pena de inabilitação.

4. A apresentação, pelas licitantes, dentro do envelope de habilitação, do Certificado de Registro Cadastral-CRC ou do Certificado de Registro Simplificado-CRS possibilitará a substituição dos documentos de habilitação, na forma indicada neste instrumento.

SEÇÃO II
CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL CRC/CRS

1. Pressupostos para participação (inscrição facultativa ou obrigatória no Registro Cadastral/SAEB):

[NOTA: assinalar]

- () Somente serão admitidos a participar desta licitação os **interessados convidados**, inscritos ou não no Órgão Central de Registro Cadastral da Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB, ou os **interessados não convidados**, mas que estejam inscritos no Registro Cadastral da SAEB na correspondente especialidade, que observem, em ambos os casos, as exigências contidas neste instrumento e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado. **[Convite]**
- (**x**) Serão admitidos a participar desta licitação os interessados, inscritos ou não no Órgão Central de Registro Cadastral da Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB, que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado. **[Tomada de Preços e Concorrência]**

2. Documentos passíveis de substituição pelo extrato do Certificado de Registro:

2.1 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS, estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema de registro, **exceto os concernentes à Qualificação Técnica.**

2.2 A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pelo órgão licitante.

2.3 Caso conste no sistema de registro algum documento vencido, a licitante deverá ter apresentado a versão atualizada do referido documento no envelope de habilitação.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



SEÇÃO III
MODELOS DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA O DESEMPENHO

Modalidade de Licitação Concorrência	Número
--	--------

Declaramos, para fins de habilitação em processo licitatório, que a empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXXXXX, com endereço na
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, prestou serviço de xxxxxxxxxxxxxxxx, atendendo integralmente as especificações
contratadas, inexistindo, até a presente data, registros negativos que comprometam a prestação.

Especificação	Quantitativo	Prazo de execução

Salvador ____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS REQUISITOS TÉCNICOS (VISITA TÉCNICA)

Modalidade de Licitação Concorrência	Número
--	--------

Atesto que o preposto da _____ [LICITANTE INTERESSADA], CNPJ nº _____, Sr.(a) _____, CPF nº _____, interessado em participar do procedimento licitatório _____ [IDENTIFICAR A LICITAÇÃO], realizou a VISITA TÉCNICA na _____ (UNIDADE) e tomou ciência de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Salvador ____ de _____ de 20__.

(assinatura, identificação do servidor público e respectivo cadastro)

[OU]

Declaro, em atenção ao procedimento licitatório _____ [IDENTIFICAR A LICITAÇÃO], para os fins do disposto no inciso III, art. 30 da Federal nº 8.666/93, ter ciência de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, pelo que **dispensou** a realização de VISITA TÉCNICA, com o que não poderei alegar desconhecimento supervenientemente.

Salvador ____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, DO APARELHAMENTO E DO PESSOAL TÉCNICO

Modalidade de Licitação Concorrência	Número
--	--------

Declaração formal de disponibilidade

Declaro, em observância ao art. 30, II c/c, § 6º do ar 30 da Lei Federal nº 8.666/93, para fins de prova de qualificação técnica, que disporei das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, conforme relação abaixo, em estrita consonância com os requisitos estabelecidos do instrumento convocatório, conforme estipulado no item 1.3 Qualificação Técnica da Seção I - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da PARTE II – HABILITAÇÃO deste edital, estando ciente de que a declaração falsa caracteriza o ilícito administrativo previsto no art. 88,II da Lei Federal nº 8.666/93.

Instalações, Aparelhamento (Máquinas/Equipamentos)	Quantidade

Pessoal Técnico	Qualificação

[Obs.: o licitante deve anexar ao envelope de habilitação a comprovação de que o pessoal técnico indicado pela licitante vincular-se-á à execução contratual, a qual pode ser feita através de uma das seguintes formas: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Termo através do qual o profissional assumo o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.]

Salvador ____ de _____ de 20__.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



SEÇÃO VI
MODELOS DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Modalidade de Licitação Concorrência	Número
--	--------

DECLARAÇÃO DA RELAÇÃO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Declaro, em observância ao art. 31, § 4º Lei Federal nº 8.666/93, para fins de prova de qualificação econômico-financeira, que, na data da sessão pública de abertura deste procedimento licitatório, esta licitante tem em vigor os contratos abaixo indicados, firmados com entidades públicas e/ou privadas.

Declaro, ainda, estar ciente de que essas informações estão sujeitas a verificação por parte da Unidade licitante para a finalidade para a qual se destina.

Contratante	nº	Objeto	Local da prestação dos Serviços	Data de início	Prazo de execução	Valor mensal do contrato	Situação Atual

Salvador ____ de _____ de 20__.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



PARTE III – CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

SEÇÃO I
AMOSTRAS/DEMONSTRAÇÃO DE COMPATIBILIDADE

) Não se exigirá a apresentação de **demonstração de compatibilidade**

SEÇÃO II
PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

) Não poderão participar desta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

SEÇÃO III
PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

) Não poderão participar cooperativas nesta licitação.

SEÇÃO IV
AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS [NOTA: TIPO TÉCNICA E PREÇO]

) Não se aplica



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



PARTE IV – CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA E A [PESSOA JURÍDICA], PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.

O **ESTADO DA BAHIA**, neste ato representado pelo(a) Dr(a). _____, titular da Secretaria _____, CNPJ nº _____, situada na _____, autorizado pelo Decreto de delegação de competência publicado no D.O.E. de ____/____/____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **[PESSOA JURÍDICA]**, CNPJ nº _____, Inscrição Municipal nº _____, situada na _____, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____, emitida por _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, adjudicatária do [pregão/concorrência/tomada de preços/convite] nº _____, processo administrativo nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/93, e respectivas alterações, bem como pela legislação específica, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a [] **[NOTA: obra/serviço de engenharia (especificar)]**, de acordo com as especificações do instrumento convocatório e da proposta apresentada pela CONTRATADA, que integram este instrumento na qualidade de Anexos I e II, respectivamente.

§1º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

§2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá ser realizada sem a devida motivação ou exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior.

§3º É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros. **[NOTA: subcontratação vedada]**

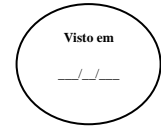
[OU]

§3º É admitida a subcontratação de parte do objeto, qual seja: _____ **[indicar]**, ficando esclarecido que o CONTRATANTE não se responsabiliza por nenhum compromisso assumido pela CONTRATADA com terceiros. **[NOTA: subcontratação admitida]**

[OBRAS E/OU SERVIÇOS NÃO-CONTÍNUOS DE ENGENHARIA]

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

O prazo de vigência do contrato, a contar da data () da sua assinatura () da subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS, será de _____ () meses/dias.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- §1º** O prazo de execução do objeto, a contar da data da expedição da Ordem de Serviço, será de ____ () meses/dias. **[NOTA: < prazo de vigência do contrato]**
- §2º** A prorrogação do prazo de vigência e/ou de execução está condicionada à ocorrência de, ao menos, uma das hipóteses do art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.
- §3º** A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada por meio de termo aditivo, antes do termo final do contrato, contemplando a correspondente adequação do cronograma físico-financeiro.

[SERVIÇOS CONTÍNUOS DE ENGENHARIA]

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

O prazo de vigência do contrato, a contar da data () da sua assinatura () da subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS, será de ____ () meses/dias, admitindo-se a sua prorrogação nos termos da Lei Federal 8.666/93.

- §1º** O prazo de execução da demanda será definido na Ordem de Serviço respectiva. **[NOTA: não pode superar o prazo de vigência do contrato]**
- §2º** A prorrogação do prazo de vigência está condicionada à obtenção de preços e condições mais vantajosas.
- §3º** A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada por meio de termo aditivo, devendo o pedido ser realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias antes do término do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – GARANTIA

- () Não exigível **[NOTA: mediante justificativa técnica]**
- (x) A garantia contratual será de 5% (cinco por cento) [**≤ 5%**] do valor do contrato, podendo recair sobre qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93.
- () A garantia contratual será de () [**≤ 10%**] do valor do contrato, podendo recair sobre qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93. **[NOTA: serviços e fornecimentos de grande vulto, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis – art. 136, §3º]**
- () A garantia contratual será de () [**≤ 5%**] do valor do contrato, a qual será acrescida de () [**≤ 20%**] do valor dos bens transferidos pelo CONTRATANTE, podendo recair sobre qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93. **[NOTA: contratos que importem na entrega de bens pela Administração – art. 138]**

- §1º** Sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, a prova da garantia, na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de assinatura do contrato, admitindo-se, para o seguro-garantia e a fiança bancária, que a comprovação seja feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias daquela data, sem o que fica vedada, em qualquer caso, a realização de pagamento.
- §2º** A garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais. **[NOTA: se não houver necessidade de adicionar especificações]**

[OU]

- §2º** A garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais, devendo, ainda, observar as seguintes especificações adicionais: **[NOTA: explicitar neste campo, caso necessário, as especificações adicionais relativas a garantia contratual, a exemplo do prazo e de sua abrangência, conforme a natureza do objeto, devendo ser observada a legislação específica da espécie de garantia].**

I. a garantia deverá abranger os débitos trabalhistas e previdenciários;



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

II. a validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual ou o lapso necessário a que se processe o recebimento definitivo da totalidade do objeto.

- §3º A CONTRATADA ficará obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada, bem como a atualizar o seu valor nas mesmas condições do contrato.
- §4º No caso de seguro-garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.
- §5º A CONTRATADA deverá atualizar a garantia sempre que houver alteração contratual, no mesmo prazo deferido para a comprovação da garantia originária, visando assegurar a cobertura das modificações procedidas.
- §6º Será recusada a garantia que não atender às especificações solicitadas, devendo ser notificada a CONTRATADA para que, no prazo de 05 (cinco) dias, sane a incorreção apontada ou, no caso de títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, promova a substituição por caução em dinheiro.
- §7º O retardamento, a falta da apresentação ou a não substituição da garantia impedirá a realização do pagamento das faturas apresentadas, sem prejuízo da incidência de multa moratória, da rescisão do contrato nos termos do art. 78, III da Lei nº 8666/93 e das demais cominações legais.
- §8º A devolução da garantia ocorrerá após o recebimento definitivo da totalidade do objeto do contrato, com a demonstração de cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO

- () Empreitada por preço unitário
() Tarefa
() Empreitada por preço global

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

[COM FATOR "K"]

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo objeto efetivamente executado o valor resultante da aplicação do multiplicador "k" de **NN,NN** [em duas casas decimais], incidente linearmente sobre os preços unitários do orçamento de referência elaborado pela Administração.

- §1º Estima-se para o contrato o valor global de R\$
- §2º Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

[NOTAS:

- 1. Quando o produto do multiplicador pelos itens do orçamento de referência resultar em dízima periódica, serão desprezadas as demais casas decimais.**
- 2. Excepcionar a cláusula do §2º, quando alguma espécie de fornecimento for de responsabilidade do CONTRATANTE.]**

[OU]

[SEM FATOR "K"]

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelas prestações efetivamente adimplidas os valores abaixo especificados:

ITEM						
1						
2						
3						



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

§1º Estima-se para o contrato o valor global de R\$

§2º Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

[NOTAS:

1. Caso a planilha seja extensa, pode-se fazer uso de tabela anexa

2. Excepcionar a previsão do §2º quando alguma espécie de fornecimento for de responsabilidade do CONTRATANTE.]

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade FIPLAN	Função	Subfunção	Programa	P/A/OE
Região/planejamento	Natureza da despesa	Destinação do recurso	Tipo de recurso orçamentário	

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além das determinações contidas no instrumento convocatório, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- I. designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do contrato, inclusive para atendimento de emergência, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes;
- II. executar o objeto deste contrato de acordo com as especificações técnicas constantes do instrumento convocatório e do presente contrato, nos locais, dias, turnos e horários determinados;
- III. manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente do objeto deste contrato;
- IV. zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- V. comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;
- VI. atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE;
- VII. respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes no CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;
- VIII. reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo que for determinado, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando as instalações na mais perfeita condição de funcionamento;



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- IX. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- X. manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários;
- XI. providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;
- XII. efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato;
- XIII. adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- XIV. emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação;
- XV. observar a legislação federal, estadual e municipal relativa ao objeto do contrato;
- XVI. executar os serviços sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do contrato;
- XVII. prover as instalações, aparelhamento e pessoal técnico exigidos na licitação;
- XVIII. alocar durante todo o período de execução do objeto a equipe técnica mínima exigida no instrumento convocatório, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo CONTRATANTE.

§1º Além das determinações acima descritas, a CONTRATADA que estiver sujeita à determinação do art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), regulamentado pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, deverá, no que concerne à aprendizagem:

- a) recrutar, preferencialmente, para a contratação de aprendizes prevista no art. 429 da CLT, os estudantes indicados nos incisos I e II do art. 9º da Lei estadual nº 13.459, de 10 de dezembro de 2015, regulamentada pelo Decreto estadual nº 16.761, de 07 de junho de 2016, no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do quadro de aprendizes da CONTRATADA;
- b) apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do início efetivo da execução do serviço, a lista completa dos aprendizes, indicando aqueles selecionados no banco de dados de que trata o Decreto estadual nº 16.761/16, devendo justificar, perante o CONTRATANTE, a eventual impossibilidade de seu cumprimento.

§2º Deverá a CONTRATADA atender, ainda, às seguintes obrigações específicas pertinentes ao pessoal destinado à execução do objeto, sem embargo de outras previstas na legislação pertinente:

- I. alocar durante todo o período de execução do contrato a equipe técnica mínima exigida no instrumento convocatório, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo CONTRATANTE;
- II. promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer todos os equipamentos de proteção individuais – EPI, necessários, fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;
- III. adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com estes;
- IV. realizar regularmente os exames de saúde dos seus empregados, na forma da lei, assim como arcar com todas as despesas de transporte, alimentação, inclusive seguro de vida contra o risco de acidentes de trabalho e outras obrigações legais ou derivadas de dissídios, convenções ou acordos coletivos;
- V. pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, inclusive as obrigações acessórias, bem como recolher no prazo legal, todos os encargos e tributos devidos;



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- VI. responder perante o CONTRATANTE pela conduta, frequência, pontualidade e assiduidade de seus empregados e efetuar as substituições daqueles que venham a se ausentar do serviço, por motivo justificado ou não, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, bem como comunicar ao CONTRATANTE, antecipadamente, todo e qualquer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer um dos seus empregados vinculados à execução do presente contrato;
- VII. arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos e em domingos e feriados, inclusive as de iluminação;
- VIII. matricular os serviços no INSS e entregar ao CONTRATANTE as guias de recolhimento das contribuições de assistência e previdência social e do FGTS, nos termos da legislação específica em vigor, a quais deverão estar acompanhadas de declaração elaborada em papel timbrado da Contratada, carimbada e assinada por pessoa legalmente habilitada para tal fim, atestando, sob as penas da lei, que as mesmas correspondem fielmente ao total da mão-de-obra empregada nos serviços contratados;
- IX. apresentar, juntamente com a primeira medição, comprovação de matrícula da obra/serviço junto à Previdência Social;
- X. responder por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações Fiscal, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, inclusive os decorrentes de acidentes de trabalho;
- XI. fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional exerçam as suas atividades devidamente uniformizados, em padrão único (farda), e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação específica.

§3º Deverá a CONTRATADA atender, ainda, às seguintes obrigações específicas pertinentes ao canteiro de obras/serviços e local de execução, sem embargo de outras previstas na legislação pertinente:

- I. fornecer e manter no canteiro de obras/serviços tudo que for necessário à execução dos trabalhos, dentro dos prazos estipulados e com a qualidade desejada;
- II. manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos e dando-lhes o destino adequado;
- III. manter canteiro de obras/serviços com instalações compatíveis, inclusive escritórios para seus representantes, bem como para a Fiscalização, com a observância da legislação pertinente;
- IV. fornecer, colocar e manter no local, enquanto durar a execução de obras, placa de divulgação e identificação da mesma, as quais serão confeccionadas de acordo com o manual apropriado a ser fornecido pelo CONTRATANTE;
- V. executar as obras/serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas no local e em seu entorno;
- VI. não permitir a instalação de comércio, a exemplo de barracas ou quitandas na periferia do canteiro da obra, sendo de sua inteira responsabilidade a adoção de todas as medidas e providências visando impedi-la;
- VII. manter no local das obras/serviços um "Diário de Ocorrências", no qual serão feitas anotações devidas, quando necessárias, referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de-obra, etc., como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este Diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela Contratada em todas as vias, ficará em poder da Contratante após a conclusão das obras/serviços;
- VIII. obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços;
- IX. manter no local das obras/serviços, além da equipe técnica, auxiliares necessários ao perfeito controle de medidas e padrões, assim como promover às suas expensas e a critério da Fiscalização, o controle tecnológico dos materiais a serem empregados nos serviços.

§4º Deverá a CONTRATADA atender, ainda, às seguintes obrigações específicas pertinentes à execução dos serviços, além das que foram previstas no PROJETO BÁSICO:

- I. registrar o Contrato no Conselho de Classe pertinente e apresentar o comprovante de pagamento da Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica, antes da emissão da primeira fatura;
- II. emitir relatórios mensais das atividades desenvolvidas de cunho gerencial, no qual constarão todas as informações técnicas do objeto contratado;
- III. seguir o cronograma físico das etapas de execução, observando as formas, as medidas, realizando os controles geotécnicos e geométricos "in loco", não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da fiscalização;



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- IV. supervisionar e coordenar os trabalhos das subcontratadas, quando admitida a subcontratação, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços;
- V. comunicar sempre o início ou conclusão de cada atividade do empreendimento, mantendo estreita comunicação com a fiscalização;
- VI. adotar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional ao CONTRATANTE;
- VII. submeter ao CONTRATANTE o nome das empresas subcontratadas, na hipótese em que admitida a subcontratação;
- VIII. assumir inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas a executar;
- IX. submeter à fiscalização, quando solicitado, as amostras dos materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução;
- X. abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- XI. executar todas as obras, serviços e instalações de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram o procedimento licitatório, seguindo rigorosamente, as Normas Técnicas aplicáveis;
- XII. executar o controle tecnológico de materiais, componentes e sistemas construtivos (ensaios laboratoriais) para evidenciar o atendimento às Normas Técnicas aplicáveis;
- XIII. quando, por motivo de força maior, houver a necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter o pretendido à Fiscalização, para que a mesma, através de laudos, pareceres e levantamentos de custos, possa se pronunciar pela aprovação ou não do mesmo.

§5º Deverá a CONTRATADA atender, ainda, às seguintes obrigações concernentes à responsabilidade pela execução do objeto:

- I. responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações cíveis ou trabalhistas, demandas que gerem custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas, ligadas ao cumprimento do presente contrato;
- II. a inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração, nem poderá onerar o CONTRATANTE, renunciando expressamente, a CONTRATADA, a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE;
- III. responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução das obras/serviços.

§6º Deverá a CONTRATADA atender, ainda, às seguintes obrigações:

- I. entregar ao CONTRATANTE, quando exigido no PROJETO BÁSICO, o relatório "AS BUILT" parcial correspondente;
- II. entregar ao CONTRATANTE, quando da emissão do Termo de Recebimento Provisório final das obras/serviços, e vinculado ao pagamento da última parcela, o relatório "AS BUILT" correspondente, registrando todas as alterações e complementações efetuadas no seu Projeto Executivo no decorrer do prazo contratual, observando, obrigatoriamente, as normas de desenho da CONTRATANTE;
- III. retirar todo o entulho decorrente da execução das obras/serviços, deixando o local totalmente limpo;
- IV. prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independente de solicitação;
- V. responder, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, em conformidade com o art. 618 da Lei 10.406/2002;
- VI. realizada a medição final, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:
 - a) relação nominal do(s) responsável(is) técnico(s) pelo objeto contratado, com discriminação de categoria(s) e número(s) de registro(s) profissional(is), função(ões) e período de atuação de cada um, conforme ART/RRT e proposta do licitante;
 - b) cópia do Diário de Obra;



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- VI. realizada a medição final, a CONTRATADA deverá solicitar ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Obra, formalmente, o recebimento provisório;
- VII. para o recebimento definitivo da obra a CONTRATADA deve apresentar o Relatório "AS BUILT";
- VIII. apresentar a baixa definitiva da matrícula da obra/serviço junto ao INSS com respectiva certidão negativa de débito – CND.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- I. fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura;
- II. realizar o pagamento pela execução do objeto contratual;
- III. proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial, no prazo legal.
- IV. avaliar o desempenho da CONTRATADA, registrando as ocorrências e as deficiências verificadas em diário de ocorrências, e determinar a imediata correção das irregularidades apontadas.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Competirá ao CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 64 da Lei Federal nº 8.666/93, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela execução do contrato.

§1º O adimplemento da obrigação contratual por parte da CONTRATADA ocorrerá com a efetiva prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança, nos termos do art. 40, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

§2º Cumprida a obrigação pela CONTRATADA, caberá ao CONTRATANTE proceder ao recebimento do objeto, a fim de aferir os serviços ou fornecimentos efetuados, para efeito de emissão da habilitação de pagamento, conforme disposto na Lei Federal nº 8.666/93.

§3º Compete especificamente à fiscalização, sem prejuízo de outras obrigações legais ou contratuais:

- I. exigir da CONTRATADA o cumprimento integral das obrigações pactuadas;
- II. exigir o cumprimento integral dos Projetos, Detalhes, Especificações e Normas Técnicas inerentes ao objeto contratual;
- III. rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada da obra;
- IV. exigir a imediata substituição de engenheiros, técnicos, encarregados e operários que não correspondam tecnicamente ou disciplinarmente às necessidades dos serviços;
- V. decidir quanto à aceitação de material "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;
- VI. esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pela CONTRATADA;
- VII. promover, com presença da CONTRATADA, as medições dos serviços executados;
- VIII. transmitir por escrito, instruções sobre as modificações dos serviços que porventura venham a ser feitos, bem como as alterações de prazo e cronograma;
- IX. relatar ao Gestor do Contrato ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros;
 - X. dar à autoridade superior imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a CONTRATADA, ou mesmo à rescisão do contrato;
 - XI. validar o Boletim de Medição;
 - XII. por meio do diário de ocorrências:
 - a) anotar as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA;



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- b) avaliar as anotações feitas pela CONTRATADA;
- c) registrar o andamento dos serviços, tendo em vista os projetos, as especificações, o prazo e o cronograma;
- d) responder as consultas feitas pela CONTRATADA;
- e) registrar as restrições que lhe pareçam cabíveis quanto ao desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
- f) determinar as providências cabíveis para o cumprimento dos Projetos, dos Detalhes, das Especificações e das Normas Técnicas pertinentes;
- g) anotar os fatos ou alegações cujo registro se faça necessário.

XIII. intervir nas obras/serviços quando ficar comprovada a incapacidade técnica da CONTRATADA ou deficiência dos equipamentos e da mão de obra empregados, sem que desse ato resulte o direito da mesma pleitear indenização, seja a que título for.

§4º Fica indicada como a área responsável pela gestão do contrato: _____ **[NOTA: indicar a área respectiva].**

§5º Fica indicado como gestor deste Contrato o servidor _____, matrícula: _____ **[NOTA: alternativamente, a nomeação do gestor do contrato pode ser feita por portaria]**

§6º Fica(m) indicado(s) como fiscal(is) deste Contrato o(s) servidor(es): _____ matrícula: _____ **[NOTA: alternativamente, a nomeação do fiscal e/ou comissão pode ser feita por portaria]**

CLÁUSULA DÉCIMA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto, consistente na aferição da efetiva prestação do serviço, realização da obra, entrega do bem ou de parcela destes, se dará segundo o disposto no art. 73 Lei Federal nº 8.666/93, observando-se os seguintes prazos, se outros não houverem sido fixados no Termo de Referência:

- I. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, firmado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, com a duração máxima de 90 (noventa) dias;
- II. definitivamente, em razão de parecer circunstanciado de servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo assinado pelas partes, após o decurso de prazo de observação ou de vistoria, comprovando a adequação do objeto aos termos contratuais, após sanadas as eventuais pendências apontadas no checklist do recebimento provisório, obedecido o disposto no art. 73, I, alínea b, da Lei Federal nº 8.666/93.

§1º Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento definitivo far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

§2º O prazo a que se refere o inciso II desta cláusula não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificado.

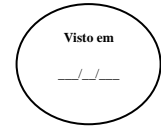
§3º Na hipótese de não ser lavrado o termo circunstanciado ou de não ser procedida a verificação dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados ao CONTRATANTE nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos

§4º O recebimento definitivo de obras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

§5º Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do CONTRATANTE, não dispondo o PROJETO BÁSICO de forma diversa, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos.

§6º Poderá ser dispensado o recebimento provisório nos seguintes casos:

- I. serviços profissionais;



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

II. obras e serviços de valor até o limite previsto para compras e serviços, que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

§7º Salvo disposições em contrário constantes do PROJETO BÁSICO, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

§8º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis.

§9º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§10 Com a conclusão da etapa do recebimento definitivo, a CONTRATADA estará habilitada a apresentar as nota(s) fiscal(is)/fatura(s) para pagamento.

[ACRESCEM PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ESCOPO]

§11 No que diz respeito a obras e/ou serviços de escopo de engenharia, deverão ser adicionalmente observados:

- I. ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no cronograma físico-financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia das atividades executadas no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;
- II. uma etapa será considerada efetivamente concluída quando as atividades correspondentes previstas no cronograma físico-financeiro, estiverem executadas em sua totalidade;
- III. os boletins de medição conterão as quantidades de serviços efetivamente executados em períodos sucessivos de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, coincidindo a data de início do primeiro período com a data de início do prazo de execução constante da Ordem de Serviço;
- IV. após a aprovação, a CONTRATADA estará habilitada a apresentar as nota fiscal/fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada;
- V. a(s) Nota(s) Fiscal(s)/Fatura(s) que não tiver(em) correspondência com o Boletim de Medição poderá(ão) ser glosada(s) ou rejeitada(s);
- VI. o atesto de parcela obras, compras ou serviços, cujo valor seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros;
- VII. na medição final, o recebimento provisório deve ser acompanhado dos seguintes documentos: Relação nominal do(s) responsável(is) técnico(s) pelo objeto contratado, com discriminação de categoria(s) e número(s) de registro(s) profissional(is), função(ões) e período de atuação de cada um, conforme ART e proposta do licitante; Cópia do diário de obra;
- VIII. o recebimento definitivo da totalidade de obras deve ser acompanhado do Relatório "AS BUILT" a ser fornecido pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - PAGAMENTO

Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, contados da data da apresentação da fatura, após concluído o recebimento definitivo, em consonância com os dispostos na Lei Federal nº 8.666/93.

§1º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) somente deverá(ao) ser apresentada(s) para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela CONTRATADA de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado.

§2º Ainda que a nota fiscal/fatura seja apresentada antes do prazo definido para recebimento definitivo, o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo atesto do recebimento definitivo.

§3º O CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos no cumprimento da obrigação, com base no valor do preço vigente.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- §4º** A(s) nota(s) fisca(l)is/fatura(s) deverá(ao) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, sujeitando-se às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.
- §5º** O processo de pagamento, para efeito do art. 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, deverá ser instruído com a prova da manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, o que poderá ser aferido mediante consulta ao Registro Cadastral ou a sites oficiais, considerando-se como marco final desta demonstração a data de conclusão da etapa do recebimento definitivo.
- §6º** Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, de circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- §7º** Em caso de mora nos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, será observado o que se segue:
- I. a atualização monetária será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*;
 - II. nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até 30 (trinta) dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias, em conformidade com o art 40, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93.
- §8º** No pagamento de parcelas pertinentes a obras e/ou serviços de engenharia, deverão ser adicionalmente observados:
- I. qualquer pagamento somente será efetuado mediante apresentação das respectivas nota(s) fisca(l)is/fatura(s) em 03 (três) vias, emitida em nome do CONTRATANTE;
 - II. o atesto da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com as atividades efetivamente executadas, bem como do pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) e da regularidade trabalhista, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual;
 - III. o pagamento da primeira parcela está condicionado à apresentação:
 - a) do registro do contrato no Conselho de Classe respectivo;
 - b) da Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica no Conselho de Classe respectivo;
 - c) no caso de obra, da comprovação de instalação da placa de divulgação e identificação;
 - d) da prova da matrícula da obra/serviço junto à Previdência Social;
 - e) guias de recolhimento das contribuições de assistência e previdência social e do FGTS, nos termos da legislação específica em vigor, as quais deverão estar acompanhadas de declaração elaborada em papel timbrado da CONTRATADA, carimbada e assinada por pessoa legalmente habilitada para tal fim, atestando, sob as penas da lei, que as mesmas correspondem fielmente ao total da mão-de-obra empregada nos serviços contratados.
 - IV. quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável, e ainda:
 - a) Os serviços serão medidos mensalmente, em cujo processo deverá constar a real alíquota de ISSQN adotada pelo Município no qual os serviços foram executados;
 - b) Nas medições que abrangerem mais de um município, o cálculo do ISS deverá ser realizado para cada município abrangido, sendo que as extensões de cada município serão verificadas em campo e informadas pelo engenheiro fiscal da obra;
 - V. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados total ou parcialmente;
 - VI. o pagamento da última parcela está condicionado à apresentação da baixa definitiva da matrícula da obra/serviço junto ao INSS com respectiva certidão negativa de débito – CND.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA

[ENGENHARIA COM FATOR "K"]

O reajustamento de preços será efetuado na periodicidade de 12 (doze) meses, considerando-se, para o lapso inicial, a variação ocorrida desde a data da elaboração do orçamento de referência pelo CONTRATANTE.

§1º Após o prazo de 12 meses a que se refere o *caput*, a concessão de reajustamento será feita mediante a aplicação do _____ **[NOTA: indicar e disciplinar o índice aplicável]**, nos termos do art 55, da Lei Federal nº 8.666/93, e afetará exclusivamente as parcelas do objeto cujo atraso não decorra de culpa da CONTRATADA. **[NOTA: parte final aplicável em contratos de escopo]**

[OU]

[ENGENHARIA SEM FATOR "K"]

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis durante o prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta.

§1º Após o prazo de 12 meses a que se refere o *caput*, a concessão de reajustamento será feita mediante a aplicação do INCC, nos termos art 55, da Lei Federal nº 8.666/93, e afetará exclusivamente as parcelas do objeto cujo atraso não decorra de culpa da CONTRATADA. **[NOTA: parte final aplicável em contratos de escopo]**

§2º A revisão de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, dependerá de requerimento da CONTRATADA quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§3º O requerimento de revisão de preços deverá ser formulado pela CONTRATADA no prazo máximo de um ano a partir do fato que ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei nº 10.406/02.

§4º A revisão de preços pode ser instaurada pelo CONTRATANTE quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no contrato, conforme lei federal.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A prorrogação, suspensão ou rescisão sujeitar-se-ão às mesmas formalidades exigidas para a validade deste contrato.

§1º A admissão da fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA está condicionada à manutenção das condições de habilitação e à demonstração, perante o CONTRATANTE, da inexistência de comprometimento das condições originariamente pactuadas para a adequada e perfeita execução do contrato.

§2º Independem de termo contratual aditivo, podendo ser registrado por simples apostila:

- I. a simples alteração na indicação dos recursos orçamentários ou adicionais custeadores da despesa, sem modificação dos respectivos valores;
- II. reajustamento de preços previsto no edital e neste contrato, bem como as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento dos mesmos constantes;
- III. o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido.

§3º Os preços unitários referentes aos acréscimos que se fizerem no objeto serão obtidos multiplicando-se o fator "K", proposto pela empresa, pelo preço de referência da tabela adotada pelo órgão, nas mesmas bases vigentes à época da licitação. **[NOTA: item 2.1.3, I, do Anexo Único do Decreto nº 9.534/05]**

§4º Não existindo preço de referência, este será fixado mediante acordo entre as partes, observado o preço médio de mercado e os limites previstos no §3º desta cláusula. **[NOTA: item 2.1.3, III, do Anexo Único do Decreto nº 9.534/05]**

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

§1º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

§2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 79 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – PENALIDADES

Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas na Lei Federal nº 8.666/93, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 87 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

- §1º** Para a aplicação das penalidades serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato, observando-se os critérios de dosimetria estabelecidos pelo Decreto estadual nº 13.967/12.
- §2º** Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos do art. 88 da Lei Federal nº 8.666/93.
- §3º** Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos do art. 88 da Lei Federal nº 8.666/93.
- §4º** A CONTRATADA será descredenciada do Sistema de Registro Cadastral quando, em razão da ocorrência das faltas previstas na Lei Federal nº 8.666/93, deixar de satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista exigidas para cadastramento.
- §5º** A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma prevista na cláusula seguinte, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e no Decreto estadual nº 13.967/12.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – SANÇÃO DE MULTA

A pena de multa será aplicada em função de inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo, e a aplicação das demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

- §1º** Quanto à obrigação principal, será observado o que se segue:
- I. Em caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.
 - II. Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado.
 - III. O atraso no cumprimento da obrigação principal ensejará a aplicação de multa no percentual de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora.
- §2º** Quanto à obrigação acessória, assim considerada aquela que coadjuva a principal, será observado o que se segue:
- I. Em caso de descumprimento total da obrigação acessória, será aplicada multa no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
 - II. Caso o cumprimento da obrigação acessória, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
 - III. O atraso no cumprimento da obrigação acessória ensejará a aplicação de multa no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
 - IV. Caso não seja possível identificar o valor ou custo da obrigação acessória descumprida, a multa será arbitrada pelo CONTRANTE, em valor que não supere 1% da sanção pecuniária que seria cabível pelo descumprimento da obrigação principal.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- §3º Se a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, deverá, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, ser recusado o recebimento do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em lei.
- §4º Na hipótese de o contratado se negar a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global do contrato.
- §5º As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- §6º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.
- §7º Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.
- §8º Caso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório, referido no preâmbulo deste instrumento, inclusive anexos e adendos, e na proposta da licitante vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - DÉCIMA-OITAVA – FORO

As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador, ____ de _____ de 20__.

CONTRATANTE

Testemunha (nome/CPF)

Declaro que a [Autorização para Prestação de Serviços – APS] foi subscrita no dia ____/____/____.

(nome, cargo e cadastro do declarante)

CONTRATADA

Testemunha (nome/CPF)

Declaro que o extrato do contrato foi publicado no DOE de ____/____/____.

(nome, cargo e cadastro do declarante)



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



PARTE V – DOS PROJETOS

() Projeto Básico

() Projeto Executivo

DIANTE DA EXTENSÃO, AS DEMAIS INFORMAÇÕES E/OU ARQUIVOS, SERÃO DISPONIBILIZADOS, COMO ANEXO AO PRESENTE EDITAL.

OS PROJETOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ASSIM COMO OS DEMAIS ELEMENTOS QUE INTEGRAM O EDITAL, SERÃO DISPONIBILIZADOS NO COMPRASNET.BA E NO SITE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO EM:

<https://www.comprasnet.ba.gov.br/inter/system/Licitacao/FormularioConsultaEdital.asp>

<http://institucional.educacao.ba.gov.br/licitacoesecontratos>

1.DO OBJETO

1.1.Construção de bloco de 04 (quatro) salas de aula, adequações (execução de rampas para acessibilidade e passeio) e manutenção elétrica no Colégio Estadual Antônio Batista, município de Candiba; Adequação (transformação da cantina em cozinha) e manutenção elétrica no Instituto de Educação Euclides Dantas, município de Vitória da Conquista; Construção de refeitório, adequações (incorporação de área coberta ao futuro refeitório para ampliação da capacidade) e manutenção elétrica no Colégio Estadual Monsenhor Turíbio Vila Nova, município de Bom Jesus da Lapa; Construção de vestiário, refeitório, adequações (acessibilidade entre os blocos) e manutenção elétrica no Colégio Estadual Democrático Quitéria Maria de Jesus, município de Paulo Afonso; Construção de vestiário, refeitório, adequações (acessibilidade e requalificação da área de convivência) e manutenção civil e elétrica no Colégio Estadual Doutor Juca Sento Sé, município de Sento Sé; Construção de reservatório, refeitório, adequações (transformação de cozinha em vestiário) e manutenção elétrica no Colégio Estadual Maria Dagmar Miranda, município de Riachão do Jacuípe; Construção de refeitório, quadra coberta, adequações (acessibilidade ao bloco do refeitório) e manutenção elétrica no Colégio Estadual Rubem Nogueira, município de Serrinha; Construção de cobertura de quadra, adequações (inclusão de pia e bancada na cozinha, execução de rampas para acessibilidade, modificação de área coberta para utilização como refeitório e modificação de depósito para utilização como vestiário), manutenção civil e elétrica no Colégio Estadual Marquês de Maricá, município de Salvador; Adequações (reforma na cozinha, adaptação de sala para utilização como refeitório e transformação de um sanitário para utilização como vestiário) e manutenção elétrica no Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães, município de Pojuca; Manutenção elétrica no Colégio Estadual Modelo Luís Eduardo Magalhães, município de Ilhéus; Adequações (ampliação da cozinha incorporando área do depósito, ampliação do refeitório utilizando área disponível e criação de sanitário para funcionários) e manutenção elétrica no Colégio Estadual Professor Fabio Araripe Goulart, município de Ilhéus; Construção de vestiário, adequações (acessibilidade e melhorias na cantina) e manutenção elétrica no Colégio Estadual Professora Gilda Ramos dos Santos, município de Jitaúna, todas sob a gestão da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, através do regime de execução de empreitada por preço unitário.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



2.DO OBJETIVO

2.1.O presente termo de referência tem por objetivo fixar as condições gerais e específicas a serem obedecidas para licitação de contratação de empresa para execução de **CONSTRUÇÃO DE BLOCO DE 04 (QUATRO) SALAS DE AULA, ADEQUAÇÕES (EXECUÇÃO DE RAMPAS PARA ACESSIBILIDADE E PASSEIO) E MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO COLÉGIO ESTADUAL ANTÔNIO BATISTA, MUNICÍPIO DE CANDIBA; ADEQUAÇÃO (TRANSFORMAÇÃO DA CANTINA EM COZINHA) E MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO EUCLIDES DANTAS, MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA; CONSTRUÇÃO DE REFEITÓRIO, ADEQUAÇÕES (INCORPORAÇÃO DE ÁREA COBERTA AO FUTURO REFEITÓRIO PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE) E MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO COLÉGIO ESTADUAL MONSENHOR TURÍBIO VILA NOVA, MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA; CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO, REFEITÓRIO, ADEQUAÇÕES (ACESSIBILIDADE ENTRE OS BLOCOS) E MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO COLÉGIO ESTADUAL DEMOCRÁTICO QUITÉRIA MARIA DE JESUS, MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO; CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO, REFEITÓRIO, ADEQUAÇÕES (ACESSIBILIDADE E REQUALIFICAÇÃO DA ÁREA DE CONVIVÊNCIA) E MANUTENÇÃO CIVIL E ELÉTRICA NO COLÉGIO ESTADUAL DOUTOR JUCA SENTO SÉ, MUNICÍPIO DE SENTO SÉ; CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO, REFEITÓRIO, ADEQUAÇÕES (TRANSFORMAÇÃO DE COZINHA EM VESTIÁRIO) E MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO COLÉGIO ESTADUAL MARIA DAGMAR MIRANDA, MUNICÍPIO DE RIACHÃO DO JACUIPE; CONSTRUÇÃO DE REFEITÓRIO, QUADRA COBERTA, ADEQUAÇÕES (ACESSIBILIDADE AO BLOCO DO REFEITÓRIO) E MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO COLÉGIO ESTADUAL RUBEM NOGUEIRA, MUNICÍPIO DE SERRINHA; CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA, ADEQUAÇÕES (INCLUSÃO DE PIA E BANCADA NA COZINHA, EXECUÇÃO DE RAMPAS PARA ACESSIBILIDADE, MODIFICAÇÃO DE ÁREA COBERTA PARA UTILIZAÇÃO COMO REFEITÓRIO E MODIFICAÇÃO DE DEPÓSITO PARA UTILIZAÇÃO COMO VESTIÁRIO), MANUTENÇÃO CIVIL E ELÉTRICA NO COLÉGIO ESTADUAL MARQUÊS DE MARICÁ, MUNICÍPIO DE SALVADOR; ADEQUAÇÕES (REFORMA NA COZINHA, ADAPTAÇÃO DE SALA PARA UTILIZAÇÃO COMO REFEITÓRIO E TRANSFORMAÇÃO DE UM SANITÁRIO PARA UTILIZAÇÃO COMO VESTIÁRIO) E MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO COLÉGIO ESTADUAL LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, MUNICÍPIO DE POJUCA; MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO COLÉGIO ESTADUAL MODELO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, MUNICÍPIO DE ILHÉUS; ADEQUAÇÕES (AMPLIAÇÃO DA COZINHA INCORPORANDO ÁREA DO DEPÓSITO, AMPLIAÇÃO DO REFEITÓRIO UTILIZANDO ÁREA DISPONÍVEL E CRIAÇÃO DE SANITÁRIO PARA FUNCIONÁRIOS) E MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FABIO ARARIPE GOULART, MUNICÍPIO DE ILHÉUS; CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO, ADEQUAÇÕES (ACESSIBILIDADE E MELHORIAS NA CANTINA) E MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA GILDA RAMOS DOS SANTOS, MUNICÍPIO DE JITAÚNA, TODAS SOB A GESTÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DO REGIME DE EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.**

2.2.Neste termo de referência, os projetos executivos, os memoriais descritivos e a planilha orçamentária são documentos que se complementam, e, portanto, não devem ser interpretados independentemente.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



3. DO LOCAL

3.1. As intervenções serão executadas em unidades escolares e municípios conforme elencados abaixo:

ITEM	LOTE	NTE	MEC	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR
1	1	13	29243882	CANDIBA	COLÉGIO ESTADUAL ANTÔNIO BATISTA
2		2	29043085	BOM JESUS DA LAPA	COLEGIO ESTADUAL MONSENHOR TURÍBIO VILA NOVA
3	2	10	29031761	SENTO SÉ	COLEGIO ESTADUAL DOUTOR JUCA SENTO SE
4	3	5	29386284	ILHÉUS	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES
5		5	29406889	ILHÉUS	COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR FABIO ARARIPE GOULART
6	4	24	29034990	PAULO AFONSO	COLÉGIO ESTADUAL DEMOCRÁTICO QUITÉRIA MARIA DE JESUS
7	5	26	29182204	SALVADOR	COLEGIO ESTADUAL MARQUÊS DE MARICÁ
8		26	29391253	POJUCA	COLEGIO ESTADUAL LUIS EDUARDO MAGALHÃES
9	6	15	29142997	RIACHÃO DO JACUIPE	COLEGIO ESTADUAL MARIA DAGMAR MIRANDA
10		4	29145538	SERRINHA	COLEGIO ESTADUAL RUBEM NOGUEIRA
11	7	20	29279887	VITÓRIA DA CONQUISTA	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO EUCLIDES DANTAS
12		22	29457602	JITAÚNA	COLEGIO ESTADUAL GILDA RAMOS DOS SANTOS

4. DO ÓRGÃO PROPRIETÁRIO

4.1. Secretaria da Educação do Estado da Bahia – SEC.

5. DOS SERVIÇOS

5.1. As obras a serem executadas, objeto deste Termo de Referência, serão divididas em 7 (sete) lotes, e compreendem os seguintes serviços:

5.1.1. Lote 01:

5.1.1.1. Construção de bloco de 04 (quatro) salas de aula, adequações e manutenção elétrica no Colégio Estadual Antônio Batista, município de Candiba; Construção de refeitório, adequações e manutenção elétrica no Colégio Estadual Monsenhor Turíbio Vila Nova, município de Bom Jesus da Lapa;

5.1.2. Lote 02:

5.1.2.1. Construção de vestiário, refeitório, adequações e manutenção civil e elétrica no Colégio Estadual Doutor Juca Sento Sé, município de Sento Sé;

5.1.3. Lote 03:

5.1.3.1. Manutenção elétrica no Colégio Estadual Modelo Luís Eduardo Magalhães, município de Ilhéus; Adequações e manutenção elétrica no Colégio Estadual Professor Fabio Araripe Goulart, município de Ilhéus;

5.1.4. Lote 04:

5.1.4.1. Construção de vestiário, refeitório, adequações e manutenção elétrica no Colégio Estadual Democrático Quitéria Maria de Jesus, município de Paulo Afonso;

5.1.5. Lote 05:



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

5.1.5.1. Construção de cobertura de quadra, adequações, manutenção civil e elétrica no Colégio Estadual Marquês de Maricá, município de Salvador; Adequações e manutenção elétrica no Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães, município de Pojuca;

5.1.6. Lote 06:

5.1.6.1. Construção de reservatório, refeitório, adequações e manutenção elétrica no Colégio Estadual Maria Dagmar Miranda, município de Riachão do Jacuípe; Construção de refeitório, quadra coberta, adequações e manutenção elétrica no Colégio Estadual Rubem Nogueira, município de Serrinha;

5.1.7. Lote 07:

5.1.7.1. Adequação e manutenção elétrica no Instituto de Educação Euclides Dantas, município de Vitória da Conquista; Construção de vestiário, adequações e manutenção elétrica no Colégio Estadual Professora Gilda Ramos dos Santos, município de Jitaúna;

5.2. Os serviços descritos como adequações referem-se a acessibilidade, pavimentação, requalificação de ambientes, paisagismo, drenagem de águas pluviais, urbanização e sinalização de ambientes das Unidades Escolares, conforme elencado no item "3.1", de acordo com a prévia autorização, obedecendo à planilha orçamentária previamente formulada e acordada entre as partes bem como possíveis formalizações de aditivos a critério da COINF/SEC, incluindo sobre os novos valores unitários dos serviços conforme tabela SINAPI, bem como o reajustamento calculado na data da proposta até a vigência original do contrato antecedente.

5.3. As adequações e ampliações a serem executadas terão a configuração conforme definida nos elementos técnicos fornecidos pela SEC, tais como projetos arquitetônico e complementares, planilhas orçamentárias, especificações técnicas e memoriais descritivos que orientam a execução dos serviços.

5.4. As planilhas orçamentárias já contemplam todos os itens necessários para execução dos serviços e custos de execução atinentes às obras objeto deste Termo de Referência, que devem ser executados de acordo com as recomendações, indicações e exigências de peças gráficas, memoriais de cálculo e descritivo, e que juntamente com o presente Termo de Referência integram o Edital de licitação.

5.5. O projeto executivo de fundação, contempla: fundações tipo Sapata, devidamente dimensionadas e detalhadas para uma taxa admissível do solo de 1,5 Kg/cm², cuja adoção, bem como a profundidade da sua implantação, é definida de acordo com o projeto estrutural. Qualquer alteração no projeto deverá ser definida a partir da emissão de um Parecer Técnico, elaborado por profissional especializado, em função da taxa admissível do solo, calculada a partir do relatório de sondagem a ser executada por Empresa especializada. Ambos os documentos (relatório de sondagem e parecer técnico) deverão ser apresentados acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. Os custos deste Parecer Técnico serão às expensas da empresa contratada conforme o Anexo I - Critérios Gerais para Levantamento de Quantitativos e Medições de Serviços. Tanto o Relatório de Sondagem como o Parecer Técnico deverão ser encaminhados à FISCALIZAÇÃO.

6. DOS ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA

6.1. A seguir estão relacionados os itens de maior relevância a serem executados:

6.1.1. Estrutura em concreto armado;

6.1.2. Alvenaria de blocos;

6.1.3. Estrutura metálica da cobertura.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- 6.2.** As parcelas de maior relevância correspondem aos serviços principais a serem executados, requerendo conhecimentos técnicos, conforme definido no Termo de Referência, comprovando-se mediante atestado técnico, estes limitados a 50% (cinquenta por cento) dos volumes/áreas licitados.

7. EQUIPAMENTOS MÍNIMOS

- 7.1.** A seguir estão relacionados alguns equipamentos mínimos necessários à execução da obra definidos através das planilhas orçamentária:

- 7.1.1.** Andaimés;
- 7.1.2.** Betoneiras;
- 7.1.3.** Guinchos.

8. DAS CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS

- 8.1.**A sondagem será executada pela Contratada conforme memorial descritivo e projeto específico.
- 8.2.**A Contratada em cumprimento ao que estabelece o item 2.4 dos "Anexo I - Critérios Gerais de Medição e Pagamento", deverá submeter à fiscalização os relatórios de ensaios realizados referentes às estruturas metálicas e de concreto.
- 8.3.**A Contratada deverá obedecer ao local e os horários de carga e descarga previamente definidos pela SEC juntamente com a Fiscalização da SEC.
- 8.4.**A Contratada deverá proceder a Limpeza parcial e final da obra proporcionando um ambiente adequado para inauguração e uso imediato.

9. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 9.1.**A Licitante poderá realizar visita ao local e estar informada sobre a natureza das obras, suas condições gerais e demais fatores que possam influir nas mesmas antes da elaboração das propostas, comparando e verificando minuciosamente todos os elementos técnicos fornecidos, para que possa dimensionar todas as etapas necessárias para o cumprimento do prazo como definido.
- 9.1.1.**Somente será autorizada visita técnica às instalações/dependências do local da obra, mediante solicitação prévia e por escrito pela Licitante à COINF/SEC.
- 9.2.**As obras só poderão ser iniciadas após emissão e assinatura da "Ordem de Serviço" e com a presença da Fiscalização da COINF/SEC.
- 9.3.**As obras deverão ser executadas de acordo com os elementos técnicos fornecidos, Normas Técnicas da ABNT, NR 18, normas específicas, legislação vigente, especificações técnicas e quantitativos indicados na planilha orçamentária.
- 9.4.** Caso haja necessidade de prorrogação dos prazos contratuais, a que título for, caberá à Contratada manter as instalações em condições de utilização, substituindo todos os materiais e peças danificadas pela depreciação e o tempo, por todo o prazo da vigência contratual.
- 9.5.**Não serão admitidas quaisquer alterações de projeto e substituição dos materiais especificados sem a prévia aprovação conjunta da COINF/SEC, a qual deverá ser devidamente justificada pela empresa e pela fiscalização.
- 9.6.**Todos os custos referentes a materiais, equipamentos, mão de obra, obrigações sociais e trabalhistas, taxas e impostos, tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, seguros e quaisquer insumos estão incluídos nos preços contratados.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- 9.7.** Na necessidade de serem acrescentados novos serviços ao contrato, estes deverão ser formalizados à SEC através de apresentação prévia de composições de custos unitários, em unidades métricas mensuráveis, constando de mão-de-obra, encargos sociais e insumos (de mesma base SINAPI contratual) para aprovação. Caso os insumos não constem na base de dados SINAPI, a Contratada deverá apresentar três coletas de preços dos mesmos para apreciação da SEC. Só após validada a composição de custos do serviço e aprovada pela SEC é que o serviço será incorporado ao contrato. Acrescente-se ainda que incidirá sobre os novos valores de serviços o BDI ofertado originalmente, segundo dispõe o Acórdão/TCU nº2.622/2013 item 9.3.2.6 e o fator multiplicador "K" apresentado pela Contratada na fase licitatória.
- 9.8.** Os preços unitários propostos pela licitante deverão incluir todas as despesas diretas e indiretas necessárias à completa execução da obra, a exemplo de materiais, mão de obra, transportes, ferramentas, equipamentos, instrumentos, fardamento, taxas, impostos, seguros, e contribuições sociais, trabalhistas e previdenciárias, dentre outros.
- 9.9.** Será de inteira responsabilidade da Contratada o custo de serviços executados em desacordo com os elementos técnicos fornecidos, sem a prévia autorização da Fiscalização da SEC/COINF.
- 9.10.** Caberá a Contratada o pagamento do alvará e habite-se. O valor a ser reembolsado à contratada será o constante no DAM (Documento de Arrecadação Municipal) mais o BDI.
- 9.11.** O barracão da obra deverá seguir as orientações da NR18 e, caso a Contratada o execute acima da quantidade estimada na planilha orçamentária da obra, não ensejará aditivo neste item.
- 9.12.** A Contratada deverá fornecer à fiscalização da COINF/SEC, uma relação constando o nome completo de cada funcionário que terá acesso ao canteiro de obras, visando à ciência e a autorização por parte da Diretoria da unidade escolar, caso exista.
- 9.13.** As dúvidas serão dirimidas junto à Comissão de Licitação no período estabelecido no Edital.
- 9.14.** A empresa deverá apresentar Livro de Ordem de Obras e Serviços de Engenharia, sempre que solicitado pela fiscalização com preenchimento diário, conforme Resolução do CONFEA nº 1024 de 21 de agosto de 2009. O mesmo constituirá a memória escrita de todas as atividades relacionadas com a obra.
- 9.15.** A Contratada responderá durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim como em razão dos materiais empregados, como do solo, conforme previsto no art.618 da Lei 10.406/2002.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 10.1.** A proponente licitante deverá apresentar atestados dos profissionais, por lote, comprovando experiência anterior e pertinente com o objeto da licitação, em especial o constante no item 6, ou seja, que permita avaliar o desempenho dos participantes em serviços similares. Os atestados devem ser fornecidos por profissionais com aptidão técnica correspondente aos itens de maior relevância reconhecida pelo CREA e/ou CAU, em conformidade ao Art.101 da Lei nº 9.433/05 e Art.30 da Lei nº 8.666/93, em observância às indicações abaixo discriminadas:

10.1.1. Itens relevantes/atestados do profissional:

- Obras Civis de Alvenaria;
- Obras Civis de Estruturas de Concreto Armado;
- Obras Civis de Estruturas Metálicas;



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



10.1.2. Para efeito de julgamento o licitante deverá referenciar, de forma obrigatória e clara, nos atestados apresentados, os itens comprobatórios da aptidão requerida.

10.1.3. Para os serviços de maior relevância indicados, apresentar atestados da empresa que comprovem experiência anterior e pertinente com o objeto da licitação, ou seja, que permitam avaliar o desempenho do participante em serviços similares (conforme artigo 101 da Lei estadual nº. 9.433/2005).

10.1.4. Em relação os profissionais indicados no item 10.3, faz-se necessário apresentação da comprovação de regularidade com o CREA/CAU (nas situações cabíveis) e declaração individual autorizando inclusão na equipe técnica.

10.2. Atestados da empresa:

10.2.1. Apresentar atestados da empresa relativo os serviços mais expressivos apontados neste Termo de Referência, que tenham sido realizados e concluídos, os quais comprovem experiência anterior, pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que permitam avaliar o desempenho do participante em serviços similares ao objeto licitado em conformidade ao Art.101 da Lei nº 9.433/05 e ao Art. 30 da Lei nº 8.666/93, com os quantitativos mínimos de acordo com cada lote a seguir:

1.Lote 01:

- Execução de Alvenaria de Vedação – 241,68 m²;
- Execução de Estruturas de Concreto – 56,26 m³;
- Execução de Estruturas Metálicas – 2.297,64 kg

2.Lote 02:

- Execução de Alvenaria de Vedação – 134,63 m²;
- Execução de Estruturas de Concreto – 9,75 m³;
- Execução de Estruturas Metálicas – 1.766,93 kg.

3.Lote 03:

- Execução de Alvenaria de Vedação – 36,46 m²;
- Execução de Estruturas de Concreto – 1,09 m³;

4.Lote 04:

- Execução de Alvenaria de Vedação – 138,83 m²;
- Execução de Estruturas de Concreto – 10,38 m³;
- Execução de Estruturas Metálicas – 1.766,93 kg.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



5.Lote 05:

- Execução de Alvenaria de Vedação – 117,01 m²;
- Execução de Estruturas de Concreto – 33,37 m³;
- Execução de Estruturas Metálicas – 498,96 kg.

6.Lote 06:

- Execução de Alvenaria de Vedação – 194,20 m²;
- Execução de Estruturas de Concreto – 91,56 m³;
- Execução de Estruturas Metálicas – 4.091,94 kg.

7.Lote 07:

- Execução de Alvenaria de Vedação – 107,97 m²;
- Execução de Estruturas Metálicas – 556,11 kg.

10.2.2.A Qualificação Técnica das empresas que concorrerão ao Certame Licitatório deverá ser comprovada através dos seguintes documentos:

- 1.Certificado de Registro ou Inscrição da licitante individual e dos seus Responsáveis Técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da localidade da Sede da Empresa;
- 2.Comprovação de regularidade cadastral junto à Secretaria de Administração do Estado da Bahia – SAEB;
- 3.Comprovação da licitante de que possui em seu quadro permanente na data prevista da licitação, profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente averbado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico– CAT, por execução de obra contemplando serviços envolvendo itens objetos deste TR.
- 4.A proponente licitante deverá apresentar a relação completa da equipe técnica, ou seja, dos profissionais indicados, inclusive **identificando o(s) Engenheiro(os) Civil(is)/Arquiteto(s) Responsável(is) para cada um dos Lotes** abaixo indicados. Faz-se necessário para todos, apresentar **comprovação de regularidade com o CREA/CAU** (nas situações cabíveis) e **declaração individual** autorizando a sua inclusão na equipe técnica.

10.2.3.A comprovação de vinculação dos profissionais deverá atender aos seguintes requisitos:

- 1.Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2. Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA da Sede ou Filial da licitante onde consta o registro do profissional;
3. Contrato Social e alterações, se houver;
4. Comprovação através de Certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica em nome do responsável técnico, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhada(s) da respectiva certidão do CREA, comprovando ter o profissional executado serviços similares, de acordo com o Termo de Referência desta licitação;
5. Esses documentos devem comprovar que o responsável técnico da Proponente Licitante tenha executado obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

10.2.4. Sempre que solicitado, o Proponente Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, inclusive, dentre outros documentos, cópia do contrato que dá suporte ao atestado, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

10.2.5. A Proponente Licitante deverá declarar, por escrito, conhecer tanto as distâncias das edificações listadas em relação a sua sede quanto o Estado atual da Estrutura/situação física.

10.2.6. Será inabilitado o Proponente Licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.3. CAT – Certidão de Acervo Técnico: A proponente licitante deverá apresentar as Certidões de Acervo Técnico dos profissionais abaixo indicados e, nos casos de profissionais sem registro nos Conselhos, será exigido apresentação do currículo comprovando a execução do serviço, objeto do presente TERMO DE REFERÊNCIA:

10.3.1. LOTE 01:

EQUIPE TÉCNICA	QUANTIDADE
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENGENHEIRO CIVIL /ARQUITETO	01
ENGENHEIRO ELETRICISTA	01
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	01
MESTRE DE OBRAS	02

10.3.2. LOTE 02:

EQUIPE TÉCNICA	QUANTIDADE
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENGENHEIRO CIVIL /ARQUITETO	01
ENGENHEIRO ELETRICISTA	01
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	01
MESTRE DE OBRAS	01



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



10.3.3.LOTE 03:

EQUIPE TÉCNICA	QUANTIDADE
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENGENHEIRO CIVIL /ARQUITETO	01
ENGENHEIRO ELETRICISTA	01
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	01
MESTRE DE OBRAS	02

10.3.4.LOTE 04:

EQUIPE TÉCNICA	QUANTIDADE
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENGENHEIRO CIVIL /ARQUITETO	01
ENGENHEIRO ELETRICISTA	01
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	01
MESTRE DE OBRAS	01

10.3.5.LOTE 05:

EQUIPE TÉCNICA	QUANTIDADE
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENGENHEIRO CIVIL /ARQUITETO	01
ENGENHEIRO ELETRICISTA	01
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	01
MESTRE DE OBRAS	02

10.3.6.LOTE 06:

EQUIPE TÉCNICA	QUANTIDADE
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENGENHEIRO CIVIL /ARQUITETO	01
ENGENHEIRO ELETRICISTA	01
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	01
MESTRE DE OBRAS	02

10.3.7.LOTE 07:

EQUIPE TÉCNICA	QUANTIDADE
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENGENHEIRO CIVIL /ARQUITETO	01
ENGENHEIRO ELETRICISTA	01
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	01
MESTRE DE OBRAS	02

10.3.8. A(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT dos profissionais poderão referir-se ainda, quando executados para empresa privada, obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, do mesmo caráter e de igual complexidade ou superior.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

10.3.9. Deverá(ão) constar, preferencialmente, do(s) atestado(s) de capacidade técnico profissional, ou da(s) certidão(ões) expedida (s) pelo CREA ou CAU, em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços; local de execução; nome da contratante/pessoa jurídica e da pessoa jurídica contratada; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA ou CAU; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados;

10.4 Da Equipe Técnica Mínima:

10.4.1 Para execução deste Termo de Referência, a Contratada deverá colocar à disposição da COINF/SEC, equipe técnica mínima para cada Lote, conforme quadro abaixo:

LOTE 01:

EQUIPE TÉCNICA	QUANTIDADE
ENGENHEIRO CIVIL /ARQUITETO	01
ENGENHEIRO ELETRICISTA	01
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	01
MESTRE DE OBRAS – 01 (um) para cada obra que compõe o lote	02

LOTE 02:

EQUIPE TÉCNICA	QUANTIDADE
ENGENHEIRO CIVIL /ARQUITETO	01
ENGENHEIRO ELETRICISTA	01
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	01
MESTRE DE OBRAS – 01 (um) para cada obra que compõe o lote	01

LOTE 03:

EQUIPE TÉCNICA	QUANTIDADE
ENGENHEIRO CIVIL /ARQUITETO	01
ENGENHEIRO ELETRICISTA	01
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	01
MESTRE DE OBRAS – 01 (um) para cada obra que compõe o lote	02

LOTE 04:

EQUIPE TÉCNICA	QUANTIDADE
ENGENHEIRO CIVIL /ARQUITETO	01
ENGENHEIRO ELETRICISTA	01
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	01
MESTRE DE OBRAS – 01 (um) para cada obra que compõe o lote	01



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



LOTE 05:

EQUIPE TÉCNICA	QUANTIDADE
ENGENHEIRO CIVIL /ARQUITETO	01
ENGENHEIRO ELETRICISTA	01
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	01
MESTRE DE OBRAS – 01 (um) para cada obra que compõe o lote	02

LOTE 06:

EQUIPE TÉCNICA	QUANTIDADE
ENGENHEIRO CIVIL /ARQUITETO	01
ENGENHEIRO ELETRICISTA	01
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	01
MESTRE DE OBRAS – 01 (um) para cada obra que compõe o lote	02

LOTE 07:

EQUIPE TÉCNICA	QUANTIDADE
ENGENHEIRO CIVIL /ARQUITETO	01
ENGENHEIRO ELETRICISTA	01
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	01
MESTRE DE OBRAS – 01 (um) para cada obra que compõe o lote	02

11. DO VALOR DA OBRA

11.1.A obra objeto deste Termo de Referência têm o valor total de **R\$ 6.323.319,38** (seis milhões, trezentos e vinte e três mil, trezentos e dezenove reais e trinta e oito centavos), divididos em 07 lotes conforme tabela abaixo:

LOTE 01						
ITEM	NTE	MEC	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	INTERVENÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA
1	13	29243882	CANDIBA	COLÉGIO ESTADUAL ANTÔNIO BATISTA	BLOCO 04 SALAS, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 624.212,54
2	2	29043085	BOM JESUS DA LAPA	COLEGIO ESTADUAL MONSENHOR TURÍBIO VILA NOVA	REFEITÓRIO, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 441.236,43
TOTAL LOTE 01						R\$ 1.065.448,97

LOTE 02						
ITEM	NTE	MEC	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	INTERVENÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA
1	10	29031761	SENTO SÉ	COLEGIO ESTADUAL DR JUCA SEN TO SE	VESTIÁRIO, REFEITÓRIO, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO CIVIL E ELÉTRICA	R\$ 946.815,86
TOTAL LOTE 02						R\$ 946.815,86



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

LOTE 03						
ITEM	NTE	MEC	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	INTERVENÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA
1	5	29386284	ILHÉUS	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 69.814,71
2	5	29406889	ILHÉUS	COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR FABIO ARARIPE GOULART	ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 214.942,21
TOTAL LOTE 03					R\$ 284.756,92	

LOTE 04						
ITEM	NTE	MEC	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	INTERVENÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA
1	24	29034990	PAULO AFONSO	COLÉGIO ESTADUAL DEMOCRÁTICO QUITÉRIA MARIA DE JESUS	VESTIÁRIO, REFEITÓRIO, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO CIVIL E ELÉTRICA	R\$ 573.304,39
TOTAL LOTE 04					R\$ 573.304,39	

LOTE 05						
ITEM	NTE	MEC	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	INTERVENÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA
1	26	29182204	SALVADOR	COLEGIO ESTADUAL MARQUÊS DE MARICÁ	QUADRA, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO CIVIL E ELÉTRICA	R\$ 1.008.037,83
2	26	29391253	POJUCA	COLEGIO ESTADUAL LUIS EDUARDO MAGALHÃES	ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 72.165,47
TOTAL LOTE 05					R\$ 1.080.203,30	

LOTE 06						
ITEM	NTE	MEC	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	INTERVENÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA
1	15	29142997	RIACHÃO DO JACUIPE	COLEGIO ESTADUAL MARIA DAGMAR MIRANDA	RESERVATÓRIO, REFEITÓRIO, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 566.340,26
2	4	29145538	SERRINHA	COLEGIO ESTADUAL RUBEM NOGUEIRA	REFEITÓRIO, QUADRA ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 1.251.616,56
TOTAL LOTE 06					R\$ 1.817.956,82	

LOTE 07						
ITEM	NTE	MEC	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	INTERVENÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA
1	20	29279887	VITÓRIA DA CONQUISTA	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO EUCLIDES DANTAS	ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 216.851,42
2	22	29457602	JITAÚNA	COLEGIO ESTADUAL GILDA RAMOS DOS SANTOS	VESTIÁRIO, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	R\$ 337.981,70
TOTAL LOTE 07					R\$ 554.833,12	



TOTAL GERAL DA LICITAÇÃO	R\$ 6.323.319,38
---------------------------------	-------------------------

12. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

12.1. Será utilizado como critério de julgamento a aplicação do multiplicador único "K", nos termos previstos no Decreto Estadual nº 9.534 de 01 de setembro de 2005, o qual incidirá linearmente sobre todos os preços unitários da Planilha Orçamentária. Serão desclassificadas as propostas de preços cujos valores de "K" sejam maiores que 1,00 ou estejam incompatíveis com as características dos serviços e com o padrão técnico exigido para sua realização observando o limite mínimo disposto no § 1º Art. 97 da Lei nº 9.433 de 01 de março de 2005 e Art. 48 da Lei nº 8666/93.

13. DO PRAZO

13.1. A obra objeto deste Termo de Referência será executada no prazo total de **180 (centro e oitenta) dias corridos, para cada lote**, a contar da assinatura da Ordem de Serviço. O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias corridos, para cada lote**, a contar da assinatura do contrato, a contar da assinatura do contrato de cada lote.

14. DA AUTORIZAÇÃO DA OBRA

- 14.1. A Contratada terá um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para o início da execução da obra, objeto da "Ordem de Serviço" emitida pela SEC.
- 14.2. A Contratada deverá iniciar as obras do lote simultaneamente, visando a conclusão das obras no prazo descrito no item 13.1.
- 14.3. Após o recebimento da comunicação (fax, e-mail/ofício, etc.), a Empresa terá até 48 (quarenta e oito) horas para receber e assinar a Ordem de Serviço. O não atendimento ao acima disposto não comprometerá o prazo previsto para início de execução da obra, que será contado impreterivelmente da data de emissão da Ordem de Serviço.

15. DO RECEBIMENTO DAS OBRAS

- 15.1. Os recebimentos, "Provisório" e "Definitivo" das obras, serão efetuados de acordo com o estabelecido no artigo Art. 73 da Lei nº 8.666/93 e Art. 161 da lei nº 9433/05.
- 15.1.1. Após a entrega da obra, será emitido o Termo de Recebimento provisório e, posteriormente, o Termo de Recebimento Definitivo, **caso não haja pendências**.
- 15.1.2. Portanto, torna-se obrigatório a **emissão do Termo de Recebimento Definitivo**, referente a obra realizada, que deverá ser solicitado pela Empresa e/ou emitido pelo FISCAL/COINF/SEC, após 90 (noventa) dias da emissão do Provisório. Esta solicitação deverá vir acompanhada de cópia do Termo de Recebimento Provisório.

16. DAS MEDIÇÕES

- 16.1. As medições serão elaboradas mensalmente e deverá obedecer ao que estabelece os itens de serviços realizados no período, segundo a planilha orçamentária contratual correspondente e no que dispõe o Anexo I - Critérios Gerais para Levantamento de Quantitativos e Medições de Serviços integrante do Edital.
- 16.2. O cronograma da obra na fase de execução poderá ser ajustado frente ao cronograma de desembolso físico financeiro constante do Edital sem exceder o prazo contratual da Obra de Construção, após submetido à



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Fiscalização cuja adequação deverá ser elaborada de forma que o último período de obra, e consequentemente a última medição desta, não seja inferior a 10% do valor total do contrato.

- 16.3.** Deverão ser apresentados, juntamente com a fatura dos serviços, o boletim de medição, relatório fotográfico e relatório de acompanhamento da obra.
- 16.4.** Deverá apresentar uma memória de cálculo das medições mensais sempre que solicitadas pela Fiscalização da COINF/SEC. Deverá ser também anexado um relatório fotográfico com no mínimo 12(doze) fotos coloridas para cada medição emitida, conforme padrão a ser fornecida pela COINF/SEC, cuja iniciativa da elaboração/seleção compete a Fiscalização da COINF/SEC.
- 16.5.** A Empresa deverá elaborar todos "As Built's" que porventura ocorram, as quais serão desenhadas conforme as Normas de Desenho da SEC, sendo que a última fatura e consequentemente o Termo de Recebimento Provisório só será liberado, com sua apresentação e aprovação por parte da COINF/SEC.

17. QUADRO DE BDI

COMPOSIÇÃO DE BDI						
BDI COM CUSTO INDIRETO E SEM DESONERAÇÃO						
Item		BDI			Verificação	
		Proposto	1 Quartil	Médio		3 Quartil
Administração Central	AC	4,00%	3,00%	4,00%	5,50%	OK
Seguro (*)	S	0,80%	0,80%	0,80%	1,00%	OK
Garantia	G					
Risco	R	1,27%	0,97%	1,27%	1,27%	OK
Despesas Financeiras	DF	1,23%	0,59%	1,23%	1,39%	OK
Lucro	L	7,00%	6,16%	7,40%	8,96%	OK
Tributos	I	8,65%	conforme legislação específica			-
BDI		25,77%	FORMULA APLICADA			
(*) O parâmetro do TCU para o item Seguro refere-se a soma de Seguro e Garantia (S + G), os quais são avaliados conjuntamente.		$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$				
Impostos (percentuais devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente)						
PIS		0,65%	conforme legislação			
COFINS		3,00%	conforme legislação			
ISS		5,00%	alíquota e base cálculo a ser informado pelo Tomador			
CPRB		0,00%	4,5% para orçamentos desonerados			
Outros		0,00%				
Total Impostos		8,65%				



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

18. MODELO DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SEM DESONERAÇÃO % HORISTA
GRUPO A		
A1	INSS	20,00%
A2	SESC	1,50%
A3	SENAC	1,00%
A4	INCRA	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%
A7	Seguro contra Acidente de Trabalho	3,00%
A8	FGTS	8,00%
A	TOTAL	36,80%
GRUPO B		
B1	Feridos	3,97%
B2	Auxílio - Enfermidade	0,93%
B3	13º Salário	10,94%
B4	Licença Paternidade	0,07%
B5	Repouso semanal remunerado	17,98%
B6	Faltas Justificativas	0,73%
B7	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%
B8	Férias Gozadas	9,71%
B9	Salário maternidade	0,03%
B10	Dias de chuva	2,03%
B	TOTAL	46,50%
GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	6,12%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,14%
C3	Férias Indenizadas	4,12%
C4	Depósito Rescisão sem Justa Causa	5,01%
C5	Indenização Acidental	0,51%
C	TOTAL	15,90%
GRUPO D		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	17,11%
D2	Reincidência de grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,54%
D	TOTAL	17,65%
TOTAL(A+B+C+D)		116,85%



ANEXO I - CRITÉRIOS GERAIS PARA LEVANTAMENTO DE QUANTITATIVOS E MEDIÇÕES DE SERVIÇOS

OBJETIVO E CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.OBJETIVO

1.1.O objetivo deste "Manual de Cálculo e Medição" é estabelecer as diretrizes gerais para levantamento de quantitativos, medição e recebimento dos serviços e obras de construção, recuperação, reforma ou ampliações e manutenção de uma edificação ou conjunto de edificações para que possa uniformizar procedimentos facilitando o entendimento entre o Contratante e o Contratado.

2.CONDIÇÕES GERAIS

2.1.Os preços unitários propostos deverão cobrir a compensação integral pela execução dos serviços, de acordo com o exigido pelas especificações técnicas, projetos, desenhos, normas técnicas, caderno de encargos, normas de instrução de montagem e demais documentos relativos a obra ou serviço de Engenharia.

2.2.Os levantamentos quantitativos deverão ser feitos através de memórias de cálculos, registrando as dimensões das peças conforme os projetos executivos (comprimento, largura, altura etc.) para posterior conferência dos dados.

2.2.1.Para efeito de medição, os levantamentos de quantitativos deverão ser registrados na memória de cálculo, através de formulário padrão fornecido pela SEC, em conformidade com os projetos executivos apresentados, não sendo levado em consideração quaisquer tipos de perdas ou folgas.

2.3.Foram consideradas as seguintes premissas:

- a) Projetos:** os critérios abaixo descritos referem-se a cálculos geométricos efetuados a partir dos dados constantes em projetos;
- b) Áreas e volumes úteis:** nos cálculos devem estar claros áreas e volumes úteis necessários, não levando em consideração quaisquer perdas ou folgas. As perdas deverão estar inclusas nos preços;
- c) Simplicidade:** procurou-se dar cunho simples no tratar dos critérios como uma cartilha e não como um tratado, afastando ao máximo a existência de condicionantes que normalmente dão margem a novas interpretações e/ou subjetividade

2.4.Salvo indicação em contrário e previsto em planilha, segundo dispõe a legislação sobre a matéria, nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos de responsabilidades da Contratada sem a eles se limitarem e o que são:

2.4.1.Serviços Topográficos e Sondagens;

2.4.2.Administração Central;

2.4.3.Administração Local;

2.4.4.Mão de obra especializada ou não, acrescida dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e suas interações, bem como todas as despesas relativas à mobilização e desmobilização;

2.4.5.Fornecimento de todos os materiais especificados necessários à execução, exceto os declarados explicitamente como de fornecimento da SEC;

2.4.6.Fornecimento de todas as ferramentas, equipamentos necessários à execução da obra, incluindo a mão de obra de operadores, despesa de manutenção, e materiais de consumo;

2.4.7.Fardamento em padrão único, Equipamento de Proteção Individual-EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva-EPC para todos os funcionários e traseuntes da obra;

2.4.8.Recolhimento de todos os tributos incidentes sobre os materiais, serviços e utilidades fornecidas pela Contratada;

2.4.9.Carga, transporte, deslocamento, descarga e armazenamento dos materiais de fornecimento a cargo da Contratada;



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- 2.4.10.**Higiene, segurança e medicina no trabalho;
 - 2.4.11.**Seguro e benefícios da Contratada;
 - 2.4.12.**Bombeamento e esgotamento de água;
 - 2.4.13.**Construção e manutenção dos acessos necessários à execução dos serviços;
 - 2.4.14.**Alimentação e transporte dos funcionários da Contratada para o canteiro de obras nos termos da legislação em vigor;
 - 2.4.15.**Testes, ensaios e dosagens que não estejam relacionados na planilha de preços, conforme estabelecidos nas condições específicas da construção e nas especificações técnicas;
 - 2.4.16.**Demolições e reconstruções dos serviços de obras executadas em desobediência ao projeto, normas técnicas e especificações e/ou que apresentem qualidade duvidosa não aprovada pela fiscalização da SEC;
 - 2.4.17.**Relatório fotográfico dos serviços significativos realizados no período de uma medição de serviços que subsidiará o Boletim de Medição;
 - 2.4.18.**Limpeza permanente das obras e locais do canteiro de obras;
 - 2.4.19.**Elaboração de "as built" conforme padrão e recomendações da COP/COINF/SEC e manual do proprietário contendo os registros de marcas dos principais materiais e fornecedores utilizados na obra, recomendações de uso e manutenção do empreendimento.
 - 2.4.20.**Demais custos, adiante especificados em cada serviço.
- 2.5.**Não serão consideradas para efeito de medições as perdas de materiais sendo pagos tão somente o efetivamente aplicado.
- 2.6.**Os itens dos critérios gerais de medição para os serviços por preços unitários correspondem àqueles constantes da planilha de preços, os quais discriminam os serviços a serem executados.
- 2.7.**A Contratada não poderá em hipótese alguma modificar os preços de sua planilha ou condições de sua proposta sob alegação de insuficiência de dados, cabendo ao mesmo todas e quaisquer interpretações e/ou deduções das informações fornecidas pela SEC.

SERVICOS

1.ADMINISTRAÇÃO

1.1.Mobilização e desmobilização de equipamento

Unidade: Un

- 1.1.1.**Para sondagem do terreno, será necessário equipamento voltado para o mesmo, ressaltando a contemplação do transporte e movimento na execução do serviço;
- 1.1.2.**O cálculo deverá ser efetivado em função das viagens realizadas pela contratada para transporte de ferramentas, equipamentos e materiais necessários para a montagem (desmontagem) completa de seu canteiro de obras;
- 1.1.3.**Uma vez que a escolha do tipo de caminhão, capacidade de carga e programação dependem exclusivamente da escolha da contratada, as quantidades previstas na planilha de orçamento licitada são as máximas admitidas para obras deste porte;
- 1.1.4.**Em nenhuma hipótese serão admitidos aditivos de acréscimos a estes itens.

1.2.Administração local

Unidade:Vb

- 1.2.1.**Cálculo em meses da equipe alocada e residente no canteiro de obras para execução e acompanhamento dos trabalhos de administração e construção das obras, nos meses em que o montante de serviços realizados, aferido em medição, for superior a 70% (setenta por cento) do previsto para aquela etapa, ou seja, se a razão entre o realizado e o previsto na etapa for superior a 70%;
- 1.2.2.**Os custos estão previstos para uma equipe básica das obras. Como cada empresa possui características específicas para gerir e acompanhar suas obras, caso ache necessário dimensionar sua equipe em



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

quantidade superior à prevista na planilha orçamentária, a contratada deverá absorver esta diferença no BDI;

1.2.3. Em nenhuma hipótese serão admitidos aditivos de acréscimos a estes itens.

2. SERVIÇOS PRELIMINARES

2.1. Barracão de obra

Unidade: M²

- 2.1.1.** O barracão de obra será construído em chapas de madeira compensada 10(dez)mm, podendo a critério da contratada e mediante a aprovação da fiscalização, serem construídos em outro tipo de material, sem qualquer ônus adicional para a SEC.
- 2.1.2.** O interior deverá estar isento de umidade, cobertura em telha de amianto e provido de porta com fechadura de segurança para guarda dos materiais e ferramentas.
- 2.1.3.** Deverá ser dimensionado e executado levando-se em consideração as proporções e as características da obra.
- 2.1.4.** Deverão ser observadas as condições de higiene e segurança do trabalho.
- 2.1.5.** O barracão poderá ser construído conforme proposta preliminar apresentada nos desenhos, composta de sanitário, instalações para escritório e armazenamento de materiais, sendo que pode ser modificado, a critério da fiscalização, para se adequar às características de cada obra, desde que sejam respeitados os critérios de ventilação e iluminação para cada m² de área construída, principalmente na área de armazenamento de materiais.
- 2.1.6.** A área destinada ao armazenamento de materiais deverá ser provida de estrados de madeira para alojamento de argamassas, cimentos e outros produtos perecíveis com a umidade.
- 2.1.7.** A dimensão do pavimento destinado à escritório, almoxarifado, ferramentaria, oficina provisórios são as definidas em planilha orçamentária não cabendo aditivos em obras caso a empresa necessite de áreas superiores às previstas em planilha.
- 2.1.8.** Os abrigos, oficinas e escritórios deverão ter vida útil igual ao tempo do contrato.
- 2.1.9.** Caso a edificação existente permita o uso de suas instalações como abrigo, não caberá medição para este item.
- 2.1.9.1.** A dimensão do pavimento destinado a escritório, almoxarifado, ferramentaria, oficina provisórios são as definidas em planilha orçamentária não cabendo aditivos em obras caso a empresa necessite de áreas superiores às previstas em planilha.
- 2.1.9.2.** Os abrigos, oficinas e escritórios deverão ter vida útil igual ao tempo do contrato.
- 2.1.9.3.** Caso a edificação existente permita o uso de suas instalações como abrigo, não caberá medição para este item.

2.2. Placa da Obra

Unidade: M²

- 2.2.1.** As placas relativas às obras devem ser fornecidas pela contratada de acordo com modelos definidos pelo órgão do Estado, devendo ser colocadas e mantidas durante a execução da obra em locais indicados pela fiscalização e de boa visibilidade diante da via urbana principal.

2.3. Locação da Obra

Unidade: M²

- 2.3.1.** Área da projeção dos limites do pavimento térreo da edificação sobre o terreno, acrescidos de 1,50m para cada lado, quando possível.

2.4. Demolições

Unidade: M²/ M³

- 2.4.1.** Paralelepípedos, alvenarias e concreto, seja simples ou armado, sofrerão demolições para abertura de vãos ou caminhos a serem exploradas novas configurações do projeto proposto;
- 2.4.2.** Carregamento e retirada de todo material demolido estará contemplado no planejamento da obra;
- 2.4.3.** Antes da execução de remoção, salientar se o elemento da demolição que será desenvolvida a etapa consta de passagens de tubulações de gás, elétrica ou hidráulica, para a não ocorrência de danos prejudiciais para a edificação ou regiões vizinhas;



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2.4.4. Verificar também a existência de estrutura na região a ser removida, para não comprometer a segurança estrutural da construção.

3. MOVIMENTO DE TERRA

3.1. Escavação mecanizada ou manual em campo aberto Unidade: M³

3.1.1. Medida do volume efetivamente escavado;

3.1.2. Recomenda-se levantar esses serviços pelo projeto topográfico com as seções transversais acompanhados do quadro de cubação.

3.2. Escavação manual de valas: Unidade: M³

3.2.1. É recomendável, quando as alturas de escavação não ultrapassem a 2,00 (dois) m acrescentar 10 (dez) cm de cada lado à sua largura.

3.2.2. Os Taludes instáveis das escavações com profundidade superior a 1,25 (um vírgula vinte e cinco) m devem ter sua estabilidade garantida por meio de estruturas dimensionadas para este fim.

3.2.3. Os materiais retirados da escavação devem ser depositados a uma distância superior à metade da profundidade, medida a partir da borda do talude.

3.3. Regularização e Compactação de aterro com ou sem empréstimo Unidade: M³

3.3.1. Medida do volume efetivamente necessário atender a cota de implantação da edificação.

3.3.2. Recomenda-se fazer esse levantamento pelo projeto topográfico com as seções transversais se houver.

3.4. Reaterro apiloado de fundo ou laterais de cava Unidade: M³

3.4.1. O volume de reaterro será a diferença entre volume escavado e os volumes dos leitos de areia e/ou brita, ou entre o volume escavado e os volumes dos elementos estruturais enterrados.

3.4.2. No caso de reservatório enterrado, a capacidade de armazenamento do mesmo será abatida do volume de reaterro.

3.5. Aterro apiloado (manual) em camadas de 20cm com material de empréstimo Unidade: M³

3.5.1. Para elevação de piso para nova conformação do espaço, o aterro executado será implantado sobre pavimentação em cimento existente no local.

3.6. Carga e Transporte de materiais escavado e/ou entulho Unidade: M³

3.6.1. Carga manual de material escavado em caminhão:

3.6.1.1. Carga de material feito manualmente com fins de carregar caminhão.

3.6.2. Carga mecanizada de material escavado em caminhão:

3.6.2.1. Carga de material feito mecanicamente com a utilização de escavadeiras com fins de carregar caminhão.

3.6.3. Empolamento:

3.6.3.1. O volume de carga, descarga e transporte será a diferença entre o volume escavado e o volume de reaterro, acrescido de empolamento. Para o empolamento adotar a tabela a seguir, conforme a predominância do tipo de solo:

Tipo de solo	Percentual de empolamento
Areia	0 %
Arenoso	10 %
Argiloso	20 %



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Rocha	30 %
Usar como referência para de solo desconhecido ou entulho	

3.6.4. Transporte de material em caminhão basculante a distancia de x KM:

- 3.6.4.1.** Transporte de material para *fora* do canteiro de obras, descarga e espalhamento, quando necessário.
- 3.6.4.2.** A distância será medida em KM do Canteiro ao local de expurgo.
- 3.6.4.3.** O volume de carga e descarga de material corresponde ao mesmo volume de material transportado.
- 3.6.4.4.** Os serviços descritos acima deverão obedecer à Resolução n.º 307, de 2002, do CONAMA, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

4. FUNDAÇÕES E ESTRUTURA

4.1. Concreto estrutural ou não estrutural Unidade: M³

- 4.1.1.** Cálculo em volume real obtido dos dados de projeto, não se admitindo medições ou correlações com latas, baldes, betonadas, caminhões, notas fiscais etc.
- 4.1.2.** Deve-se utilizar a forma como referência de medida de cálculos dos volumes.
- 4.1.3.** A empresa contratada deverá fazer todos os ensaios necessários para o controle tecnológico do concreto.

4.2. Concreto não estrutural (Concreto magro) Unidade: M³

- 4.2.1.** Nas escavações acima de 0,50(zero vírgula cinquenta)m de profundidade, acrescentar às dimensões dos elementos estruturais em contato com o solo, 10(dez)cm para cada lado.
- 4.2.2.** Sua espessura será a indicada em projeto, na falta da indicação adotar 5(cinco)cm.

4.3. Lançamento de concreto Unidade: M³

- 4.3.1.** O volume do "lançamento de concreto" será igual ao volume de concreto.
- 4.3.2.** Será facultada a utilização de bomba de lançamento a critério do construtor, cujo custo já deverá estar constando no preço unitário do serviço.
- 4.3.3.** O uso de aditivos que melhoram as propriedades dos concretos não será objeto de medição, devendo constar no preço do concreto.

4.4. Formas estruturais Unidade: M²

- 4.4.1.** Cálculo para forma e desforma dos elementos estruturais verticais e horizontais como: cintas, vigas (largura x altura), pilares, blocos (perímetro x altura) e lajes (área de forma) etc, conhecendo a forma geométrica e devendo ser realizado em conformidade com as dimensões das peças constantes no projeto estrutural.
- 4.4.2.** Escoramentos e cimbramentos a uma altura igual ou inferior a 3,50(três vírgula cinquenta)m já estão inclusos no preço. Para altura acima de 3,50(três vírgula cinquenta)m considera escoramento à parte sobre a altura que exceder a 3,50(três vírgula cinquenta)m.
- 4.4.3.** Aditivos desmoldantes, pregos, fixadores, ganchos, sargentos, tensores, esticadores, andaimes, passadiços, ferramental etc., bem como custo de transportes vertical e horizontal, já devem estar inclusos no preço ou direta ou indiretamente (BDI).

4.5. Armaduras Unidade: Kg

- 4.5.1.** Cálculo ferro cortado, dobrado e aplicado nos elementos estruturais conforme projeto (quadro resumo).
- 4.5.2.** As perdas deverão estar inclusas no preço do serviço.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

4.5.3. Aranhas, espaçadores, arames recozidos, esticadores, ferramental etc., bem como custo de transportes vertical e horizontal, já devem estar inclusos no preço ou direta ou indiretamente (BDI).

4.6. Estruturas metálicas _____ Unidade: Kg(bloco de ampliação); M²(cobertura de quadras)

4.6.1. Cálculo do peso de estrutura projetada, constante no quadro resumo do projeto estrutural.

4.6.2. Tratamento antioxidante, transporte vertical e horizontal, chumbadores, inserts, soldas, montagem, andaimes, escoras, calços já devem estar inclusos no preço ou direta ou indiretamente (BDI)

4.7. Alvenarias de pedra de fundação, contenção e/ou arrimo _____ Unidade: M³

4.7.1. Volume real do serviço conforme definido em projeto.

4.7.2. Andaimes, escoras, agulheiros (quando necessários), abertura de juntas, ferramentas etc., já devem estar inclusos no preço ou direta ou indiretamente (BDI).

4.8. Juntas _____ Unidade: M

4.8.1. Para auxiliar a dilatação do piso deverá ser utilizada junta de dilatação em selante elástico de 1x1cm.

4.9. Lastro de brita _____ Unidade: M³

4.9.1. Para quadra esportiva, será necessária a execução de lastro de brita para aderir ao conjunto.

5. COBERTURAS

5.1. Coberturas em telhados (planos, inclinados ou curvos) _____ Unidade: M²/Kg

5.1.1. Cálculo da projeção horizontal, medido de beiral a beiral, do serviço de telhado conforme configuração apresentada no projeto arquitetônico.

5.1.2. Na composição do preço unitário dos serviços deverão estar contempladas as conseqüências da inclinação do telhado sobre os coeficientes dos insumos.

5.1.3. As perdas, justaposição de telhas, andaimes, escoras, aditivos, cortes, conjuntos de vedação, arestas, fixações, proteções, limpeza, ferramental, etc. já devem estar inclusos no preço ou direta ou indiretamente (BDI).

5.1.4. Os elementos de calhas, rufos, deverão ser calculados à parte, salvo determinação prévia contrária.

5.1.5. Sheds, fechamentos laterais em telha, clarabóias, domus não fazem parte e deverão ser calculados à parte.

5.1.6. Coberturas curvas obedecerão ao mesmo critério.

5.2. Estruturas de madeira para telhados _____ Unidade: M²

5.2.1. Cálculo da projeção horizontal, medido de beiral a beiral, do serviço de estrutura de telhado conforme configuração apresentada no projeto arquitetônico.

5.2.2. Na composição do preço unitário dos serviços deverão estar contempladas as conseqüências da inclinação do telhado sobre os coeficientes dos insumos.

5.2.3. As perdas, justaposição de elementos, ferragens, "mãos de amigo", "mãos francesas", tirantes, andaimes, escoras, aditivos, cortes, fixações, almofadas de apoio (em alvenaria ou concreto), proteções, limpeza, ferramental, etc. já devem estar inclusos no preço ou direta ou indiretamente (BDI).

5.2.4. Este critério vale para qualquer tipo de estrutura de telhado, em madeira ou metálica, dependendo do tipo e especificação da estrutura, com ou sem treliça, com ou sem tesoura etc.

5.2.5. O tratamento da estrutura, calhas pluviais, deverão ser serviços relacionados à parte, salvo disposição prévia contrária.

5.2.6. Nas coberturas curvas em policarbonato, fibras etc. a estrutura e fixação deverão fazer parte do custo do telhado, conforme as especificações do fabricante.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



5.3. Demais telhas Unidade: M²/Kg

- 5.3.1. Para quadra esportiva utilizar telha em capa metálica e telha de fibra de vidro para composição adequado do conjunto.
- 5.3.2. Estrutura metálica com treliças serão executadas nos telhados de diversas edificações para a cobertura em telha colonial.
- 5.3.3. As estruturas metálicas receberão proteção e pintura em esmalte sintético, com tonalidade sugerida em projeto, e determinada pela coordenação de projetos responsável pelo desenvolvimento da implantação.

6. IMPERMEABILIZAÇÕES

6.1. Lona plástica ou manta Unidade: M²

- 6.1.1. Para proteção dos pisos ou lajes serão instaladas mantas ou lona plástica para impermeabilização da área.

7. PINTURAS

7.1. Pinturas de piso Unidade: M²

- 7.1.1. Cálculo da área de pintura do piso deverá ser realizado conforme configuração apresentada no projeto arquitetônico.
- 7.1.2. Para o cálculo, deve-se levar em conta as áreas previstas, conforme o desenho ou paginação especificados, sem perdas.
- 7.1.3. As perdas, andaimes, escoras, arestas, proteções, lixamentos, limpeza, ferramental, etc. já devem estar inclusos no preço ou direta ou indiretamente (BDI).

7.2. Pinturas de esquadrias de madeira ou metálicas Unidade: M²

- 7.2.1. Cálculo da área de pinturas de esquadrias de madeira ou metálicas deverá ser realizado conforme configuração apresentada no projeto arquitetônico,
- 7.2.2. Para o cálculo esquadrias fechadas e sem batentes, deve-se levar em conta as áreas previstas, conforme o desenho ou paginação especificado, multiplicado por 2,0 (duas) vezes.
- 7.2.3. Para o cálculo esquadrias fechadas e com batentes, deve-se levar em conta as áreas previstas, conforme o desenho ou paginação especificado, multiplicado por 2,5 (duas e meia) vezes.
- 7.2.4. Para o cálculo esquadrias abertas do tipo grades, portões metálicos, venezianas, caixilhos ou persianas deve-se levar em conta as áreas previstas, conforme o desenho ou paginação especificados, multiplicadas por 3 (três) vezes.
- 7.2.5. O emassamento do substrato será levantado separadamente, com as mesmas recomendações.
- 7.2.6. As perdas, andaimes, escoras, arestas, proteções, lixamentos, limpeza, ferramental, etc. já devem estar inclusos no preço ou direta ou indiretamente (BDI).

8. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

**8.1. Quadros elétricos; Transformadores;
Caixas de passagem e Luminárias** Unidade: Un

- 8.1.1. Cálculo em unidade de serviço completo, montado e instalado conforme projeto elétrico de acordo com a discriminação de dimensões e quantidade de disjuntores componentes do mesmo.
- 8.1.2. Para o cálculo, deve-se levar em conta a instalação completa, conforme o projeto elétrico, sem perdas.
- 8.1.3. As perdas, andaimes, escoras, arestas, proteções, limpeza, ferramental, etc. já devem estar inclusos no preço ou direta ou indiretamente (BDI).

8.2. Eletrodutos inclusive conexões, fios e cabos Unidade: M



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- 8.2.1.** Cálculo da quantidade linear em metros de eletrodutos deverá ser realizado conforme as configurações apresentadas no projeto elétrico.
- 8.2.2.** Para o cálculo, deve-se levar em conta a instalação completa, conforme o projeto elétrico, sem perdas.
- 8.2.3.** As perdas, acabamentos, soldas, andaimes, proteções, limpeza, ferramental, etc. já devem estar inclusos no preço ou direta ou indiretamente (BDI).

9. URBANIZAÇÃO

9.1. Alambrados, tabelas, traves, redes e postes Unidade: Un/ Cj/M²

- 9.1.1.** Para quadra esportiva, elementos estruturantes para a prática de esporte deverão ser instalados de acordo com a norma de cada atividade esportiva.
- 9.1.2.** Tonalidade e medidas de cada elemento serão pré-escritos no projeto ou memorial descritivo.
- 9.1.3.** A quantidade e área a ser fixado o material, conforme projeto e especificação com a discriminação da planilha orçamentária.

10. ASSENTAMENTO DE TUBOS E PEÇAS

10.1. Grelha, tubos pra drenagem, calhas, caixas de passagem e manta geotêxtil Unidade: M/Un/M²

- 10.1.1.** Para drenagem do terreno e edificações construídas, elementos aplicados levaram a água que escorre para um destino final, a fim de evitar possíveis infiltrações ou interferências prejudiciais à estrutura e composição do conjunto das edificações.
- 10.1.2.** Cada elemento especificado em projeto terá sua função pré-determinada, para aplicação no espaço estabelecido.

11. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

11.1. Limpeza final e inicial Unidade: M²

- 11.1.1.** Para entrega e início da obra, assim como qualidade da obra, a limpeza no início e final da obra deverá ser executada com maior cautela para preparação inicial do terreno e a finalização detalhada e desejada do conjunto.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PARTE FIXA – RITO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DA CONTRATAÇÃO

[GERAL – CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE - MENOR PREÇO]

**TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS**

1. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

**TÍTULO II
DOS IMPEDIMENTOS**

2. Não será admitida a participação de interessados que estejam suspensos do direito de licitar ou contratar com a Administração ou declarados inidôneos, na forma dos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

3. Não será admitida a participação de interessados que, na forma do art. 7o da Lei no 10.520/2002, tenham sido declarados impedidos de licitar e contratar.

4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários: a) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica (art. 9o, I, da Lei Federal nº 8.666/93); b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado (art. 9o, II, da Lei Federal nº 8.666/93); c) servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (art. 9o, III, da Lei Federal nº 8.666/93);

4.1 É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere a alínea b deste item na licitação ou na execução da obra ou serviço como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

4.2 O disposto neste item não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua, como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração, a elaboração do projeto executivo

4.3 Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste item a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. (art. 9o, §3º da Lei Federal nº 8.666/93)

5. Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários os agentes públicos impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal.

6. É proibido ao servidor público do Estado da Bahia transacionar com o Estado quando participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer comércio, na forma do inc. XI do art. 176 da Lei estadual no 6.677/94.

5. Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários os agentes públicos impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal.

**TÍTULO III
DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**CAPÍTULO I
QUANTO À FORMA**

8. Os documentos relativos à habilitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possam ser autenticados.

9. As certidões extraídas pela *internet* somente terão validade se confirmada sua autenticidade.

10. Os documentos da proposta de preços e da habilitação deverão estar dispostos ordenadamente, contidos em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados, indevassados, os quais deverão estar rubricados pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, devendo ser identificados no anverso o nome completo ou razão social da licitante, o órgão/entidade e setor promotor da licitação, a modalidade licitatória e o número de ordem, o processo administrativo, o tipo de licitação, o objeto da licitação, além da expressão, conforme o caso, ENVELOPE A – Habilitação, ou ENVELOPE B – Proposta de Preço.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

11. A proposta de preços deverá estar em original, datilografada ou digitada, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, sendo necessária, nesta última hipótese, a juntada da procuração que contemple expressamente este poder.

CAPÍTULO II
QUANTO AO CONTEÚDO

12. A proponente deverá elaborar a sua proposta de preços em moeda nacional (reais e centavos), observando as disposições do Termo de Referência, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.
13. Ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.
14. A proposta apresentada deverá incluir as despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto da licitação.
15. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando a condição de pagamento à vista, não devendo, por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.
16. Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.
17. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no instrumento convocatório, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.
18. A formulação da proposta implica para a proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-a responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.
19. Na concorrência, tomada de preços e convite do tipo técnica e preço, a proponente deverá apresentar proposta técnica observando as disposições relativas ao modelo de descrição da proposta técnica e aos critérios para avaliação das propostas técnicas.
20. Para a habilitação dos interessados na licitação, exigir-se-ão, exclusivamente, os documentos relacionados no instrumento convocatório.
- 20.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

TÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO NA LICITAÇÃO

CAPÍTULO I
DA FASE INICIAL

21. A sessão pública da licitação terá início no dia, hora e local designados no instrumento convocatório, facultado às licitantes presentes efetuar o credenciamento de seus respectivos representantes, comprovando que possuem os necessários poderes para a prática dos atos inerentes ao certame.
- 21.1 Reputa-se credenciada a pessoa natural regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.
- 21.2 O credenciamento de sócios far-se-á mediante a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e, no caso das sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição e posse dos administradores.
- 21.3 O credenciamento de mandatários far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular que contenha, preferencialmente, o conteúdo constante do modelo de procuração integrante do instrumento convocatório, devendo ser exibida, no caso de procuração particular, a prova da legitimidade de quem outorgou os poderes.
- 21.4 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante e cada representante somente poderá representar uma única licitante.
- 21.5 Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possam ser autenticados.
- 21.6 A falta de credenciamento impossibilita o representante de praticar atos na sessão pública em nome da licitante.
22. Procedido ao credenciamento, a Comissão recolherá o ENVELOPE A – Habilitação e o ENVELOPE B – Proposta de Preços, após o que não mais será admitida a entrega de envelopes.
- 22.1 O ENVELOPE A – Habilitação e o ENVELOPE B – Habilitação deverão conter os elementos exigidos no instrumento convocatório.
23. Após a entrega da proposta, não mais caberá a desistência da licitante, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado e aceito pela Comissão.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

24. Sempre que houver interrupção da sessão, as licitantes deverão ser notificadas do dia e hora em que a sessão terá continuidade.

24.1 A notificação do dia e hora em que a sessão terá continuidade deverá ser realizada mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes todos os prepostos das licitantes no ato em que for adotada a decisão, caso em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados, lavrada em ata.

25. A abertura dos envelopes relativos aos documentos das propostas e de habilitação será realizada sempre em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelas licitantes e pela Comissão.

26. Todos os documentos contidos nos envelopes serão rubricados pelas licitantes presentes e pela Comissão.

CAPÍTULO II
DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Seção I
DA HABILITAÇÃO

27. O presidente da Comissão fará, primeiramente, a abertura dos ENVELOPES A – Habilitação.

28. A Comissão de licitação conferirá e examinará os documentos de habilitação, bem como a autenticidade dos mesmos, emitindo, de logo, caso disponível a utilização do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços – SIMPAS, o extrato do Certificado de Registro, verificando a regularidade da documentação exigida no instrumento convocatório.

29. A licitante que deixar de apresentar a documentação de habilitação válida será inabilitada.

30. A existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06, não implica a inabilitação automática da licitante, em face do disposto no art. 42 daquele diploma, devendo ser realizada a habilitação com ressalva de existência da restrição e diferindo-se a comprovação da regularidade.

31. A Comissão deliberará sobre a habilitação das três primeiras classificadas, franqueando a palavra uma vez mais aos participantes para que registrem em ata os protestos que entenderem cabíveis, os quais poderão ser apreciados de imediato.

32. Procedido ao julgamento da habilitação, e desde que haja declaração expressa de renúncia a recurso, consignada em ata, ou a apresentação do termo de renúncia por todas as licitantes, a Comissão dará sequência ao procedimento.

33. Se não houver a renúncia expressa a interposição de recurso por todas as licitantes, permanecerão fechados os ENVELOPES de Proposta de Preço das demais proponentes, guardados em poder da Comissão, que providenciará a intimação das licitantes ausentes e aguardará o decurso do prazo recursal.

34. Encerrada a fase de Habilitação a comissão restituirá fechados aos respectivos prepostos os envelope B – Proposta de Preço, das empresas inabilitadas, designando data para continuidade da sessão.

35. Nos termos do §3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93, se todas as licitantes classificadas forem inabilitadas, poderá a Administração fixar um prazo de 08 (oito) dias úteis às licitantes inabilitadas para apresentação de nova documentação, após sanadas as causas que motivaram a inabilitação.

35.1 No caso de convite, o prazo referido neste item poderá ser reduzido para 03 (três) dias úteis.

Seção II

Da abertura das propostas de preços

36. O presidente da Comissão fará, primeiramente, a abertura dos ENVELOPES B - Proposta de Preços.

37. A Comissão verificará a conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e especificações do instrumento convocatório, julgando, classificando e ordenando as propostas.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- 37.1 Serão desclassificadas as propostas que: não atenderem às condições e exigências do instrumento convocatório; não contiverem informação que permita a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto proposto; contiverem emenda, rasura ou entrelinha, de forma a não permitir a sua compreensão.
- 37.2 Serão desclassificadas ainda as propostas que consignarem valor global superior aos praticados no mercado ou, quando for o caso, que contemplem preços superiores aos preços máximos definidos no instrumento convocatório, fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou, ainda, aos constantes do sistema de registro de preços.
- 37.3 Serão também desclassificadas as propostas que consignarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
38. Em caso de empate, real ou ficto, será assegurada, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei complementar nº 123/06, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido, nos termos que se seguem:
- 38.1 Entende-se por *empate ficto* as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, e *empate real* as que sejam iguais.
- 38.2 Em qualquer das hipóteses de empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela de menor valor exequível.
- 38.3 Se a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer o direito, ou se sua oferta não for aceita, ou se for inabilitada, será concedido idêntico direito à microempresa ou empresa de pequeno porte subsequente em situação de empate, se houver, na ordem classificatória, até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas no edital.
- 38.4 No caso de as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem preços iguais será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 38.5 O disposto neste item somente se aplica quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
39. Ocorrendo empate de propostas formuladas por licitantes que não detenham a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, será observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, procedendo-se, sucessivamente, a sorteio em ato público, para o qual as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro critério.
- 39.1 No caso de empate real entre as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio em ato público, para o qual as licitantes serão convocadas.
40. Sempre que houver sorteio deverá ser lavrada ata específica.
41. Reordenadas as propostas, se for o caso, e havendo necessidade de apresentação de amostras ou demonstração de compatibilidade, o presidente da comissão procederá em conformidade com o disposto na seção seguinte.
42. A Comissão franqueará a palavra para que as licitantes registrem em ata os protestos que entenderem cabíveis, os quais poderão ser apreciados de imediato.
43. Procedido ao julgamento das propostas, e desde que haja declaração expressa de renúncia a recurso, consignada em ata, ou a apresentação do termo de renúncia por todas as licitantes, a Comissão dará sequência ao procedimento.
44. Se não houver a renúncia expressa a interposição de recurso por todas as licitantes, os envelopes serão guardados em poder da Comissão, que providenciará a intimação das licitantes ausentes e aguardará o decurso do prazo recursal.
45. Concluída a fase de julgamento das propostas, com a decisão acerca dos recursos eventualmente interpostos, e havendo propostas classificadas, a Comissão dará sequência ao procedimento.
46. Nos termos do §3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93, se todas as propostas forem desclassificadas, poderá a Administração fixar um prazo de 08 (oito) dias úteis às licitantes para apresentação de nova proposta, após sanadas as causas que motivaram a desclassificação.
- 46.1 No caso de convite, o prazo referido neste item poderá ser reduzido para 03 (três) dias úteis.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Seção III
Das amostras ou demonstração de compatibilidade

47. Havendo necessidade de apresentação de amostras ou de demonstração de compatibilidade, o presidente da comissão comunicará a todas as licitantes a suspensão da sessão, franqueará aos detentores das três melhores propostas a sua realização, no prazo e forma assinalados, ficando facultado aos demais licitantes o acompanhamento.
48. Se inexitosa a aferição de qualquer amostra ou demonstração de compatibilidade, a Comissão procederá à convocação, na ordem de classificação de tantos quantos forem os desclassificados em razão da desconformidade a fim de completar o número de 3 (três) propostas válidas.
49. A amostra ou a demonstração de compatibilidade será analisada com o objetivo de aferir a sua adequação com os requisitos e as especificações contidas no instrumento convocatório, bem como com as consignadas na proposta apresentada pela licitante, para o que poderá ser solicitada a avaliação e análise por parte de unidade técnica competente.
50. A não apresentação de amostra ou de demonstração de compatibilidade será reputada desistência do certame, com as consequências estabelecidas em lei.
51. A desconformidade ou incompatibilidade com os requisitos e especificações do instrumento convocatório implicará na desclassificação da proposta, devendo observar-se o que se segue:
- 51.1 A amostra deverá ser entregue contra-recibo, no prazo e endereço fixados pelo presidente da Comissão, devendo estar em embalagem lacrada, que contenha as informações que permitam identificar a licitante e o procedimento licitatório ao qual se refere.
- 51.2 Os produtos apresentados como amostras poderão ser abertos, desmontados, instalados e submetidos aos testes necessários, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação, não cabendo ressarcimento do valor do objeto.
- 51.3 A amostra apresentada deverá possuir elementos e quantidades suficientes que permitam a identificação do objeto, bem como a constatação de suas propriedades e do seu rendimento, além do número do registro no órgão competente, quando exigido.
- 51.4 Entregue a amostra, não serão permitidas quaisquer modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante do instrumento convocatório.
- 51.5 A amostra aprovada permanecerá em poder do órgão licitante para fins de confrontação quando do recebimento do material licitado, sendo liberada somente após a conclusão do contrato.
- 51.6 As amostras reprovadas deverão ser retiradas em até 30 (trinta) dias, contados da publicação da homologação da licitação, ficando esclarecido que as que não forem retiradas nesse prazo serão descartadas, sem direito a indenização.
- 51.7 Em nenhuma hipótese as amostras apresentadas serão tidas como início de entrega dos materiais ofertados.

CAPÍTULO IV
DOS RECURSOS

52. Dos atos de julgamento das propostas ou dos documentos de habilitação caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, observadas as seguintes regras:
- 52.1 A intimação dos atos referidos neste item será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos das licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.
- 52.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em linguagem clara.
- 52.3 Após interposto o recurso, que terá efeito suspensivo, será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 52.4 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.
- 52.5 O prazo de recurso não se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.
- 52.6 Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade convite, os prazos para interposição de recurso e de contrarrazões serão de 02 (dois) dias úteis.
- 52.7 No prazo de 05 (cinco) dias úteis, a autoridade competente, sob pena de responsabilidade, decidirá sobre os recursos, ouvido o órgão legal de representação jurídica da unidade.

CAPÍTULO V
DA REGULARIZAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



53. Sagrando-se vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte, beneficiária do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja habilitação tenha sido procedida com a ressalva de existência de restrição fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

53.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto neste item implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas pelo ilícito tipificado na Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Comissão de Licitação ou ao pregoeiro, conforme o caso, proceder à convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

CAPÍTULO VI
DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

54. A autoridade superior competente examinará as vantagens da proposta vencedora em relação aos objetivos de interesse público colimados pela licitação, homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto contratual à licitante vencedora, em despacho circunstanciado.

55. Quando à licitação acudir apenas um interessado, poderá ser homologada a licitação e com este celebrado o contrato, desde que esteja comprovado nos autos que o preço proposto é compatível com o de mercado e sejam satisfeitas todas as exigências legais e regulamentares, bem como as especificações do ato convocatório.

56. A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

TÍTULO V
DAS IMPUGNAÇÕES

57. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar, perante a autoridade máxima do órgão ou entidade licitante, o instrumento convocatório por irregularidade na aplicação da Lei 8666/93, observadas as seguintes regras:

57.1 A impugnação, feita em linguagem clara, deverá ser protocolada até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes das propostas, sem prejuízo da faculdade de representação ao Tribunal de Contas.

57.2 Cabe à Administração julgar a impugnação em até 03 (três) dias úteis.

57.3 Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, as falhas ou irregularidades do instrumento convocatório, a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a data prevista para recebimento dos envelopes e início da abertura dos envelopes das propostas, hipótese em que tal impugnação não terá efeito de recurso.

57.4 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até que seja proferida decisão final na via administrativa.

58. Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, a Administração procederá a sua retificação e republicação, com devolução dos prazos, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

59. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o responsável pela licitação, se necessário, modificar este instrumento, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

60. É facultado à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

61. Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da Comissão de licitação.

62. Nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, a Comissão de licitação poderá conceder, se requerido pela licitante, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de documento comprobatório da regularidade fiscal, previdenciária ou da inexistência de processo de falência ou recuperação judicial da requerente, desde que a documentação a ser apresentada retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta.

62.1 A concessão do prazo de que trata este item ficará condicionada à apresentação, pela licitante, por intermédio do seu representante legal ou mandatário, com poderes expressos, de declaração de que se encontrava, na data da entrega da proposta, em situação regular perante as fazendas públicas, a seguridade social ou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, conforme o caso, ou que não se encontrava em processo de falência ou recuperação judicial.

62.2 Expirado o prazo concedido pela comissão de licitação, sem que a licitante apresente o documento que se comprometeu a apresentar, além de ser inabilitada, ficará sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

63. A teor da Lei Federal nº 8.666/93, poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir licitante, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

64. Os envelopes de habilitação que não tenham sido abertos deverão ser retirados em até 60 (sessenta) dias, contados da publicação da homologação da licitação, ficando esclarecido que os envelopes não retirados nesse prazo serão descartados.

65. Os casos omissos serão dirimidos pela comissão, com observância da legislação em vigor.

TÍTULO VII
DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

66. A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

TÍTULO VIII
DA CONTRATAÇÃO

CAPÍTULO I
DA FASE PRÉ-CONTRATUAL

Seção I

Da verificação da manutenção das condições de habilitação

67. Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá fazer prova da manutenção de todas as condições de habilitação, o que também poderá ser aferido, se disponível, mediante consulta ao Registro Cadastral ou a sites oficiais.

Seção II

Da minuta de contrato

68. A contratação com a licitante vencedora obedecerá as condições da minuta de contrato constante do instrumento convocatório, facultada a substituição, a critério da Administração, por instrumento equivalente, desde que presentes as condições do art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

69. Considerar-se-ão literalmente transcritas no instrumento equivalente todas as cláusulas e condições previstas na minuta de contrato constante do convocatório.

CAPÍTULO II
DA ASSINATURA DO CONTRATO

Seção I

Da Convocação

70. O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo fixado no edital, na forma do art. 64 da Lei Federal nº 8.666/93, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 e 86 da Lei Federal nº 8.666/93, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

70.1 A assinatura do contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

71. A critério da Administração, a assinatura do contrato ou do instrumento equivalente se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, caso em que a licitante deverá providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br.

71.1 A recusa da adjudicatária em se cadastrar ou a subscrever eletronicamente o contrato ou instrumento equivalente implicará na decadência da contratação e à sujeição às sanções cominadas na legislação.

Seção II

Da impossibilidade de contratação



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

72. Nas modalidades concorrência, tomada de preços ou convite, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, é facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes que tenham sido habilitados, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório. **[NOTA: art. 64, §2º da Lei Federal nº 8.666/03].**

72.1 À licitante classificada que não aceitar a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário não serão aplicadas as sanções previstas no parágrafo único, do artigo 81, da Lei Federal nº 8.666/93.

72.2 Caso não haja manifestação de aceitação, a licitação será revogada.

CAPÍTULO III
DOS PRAZOS DE DURAÇÃO

73. A vigência contratual observará o prazo estabelecido na minuta de contrato constante do instrumento convocatório, sendo vedada a fixação de prazo de vigência indeterminado.

CAPÍTULO IV
DAS GARANTIAS

74. As garantias contratuais, quando exigidas, deverão recair sobre uma das modalidades previstas na lei, observadas as disposições da minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

CAPÍTULO V
DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DA PROPOSTA

75. O reajustamento dos preços contratuais observará os índices específicos ou setoriais mais adequados à natureza da obra, compra ou serviço, conforme definido na minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

75.1 Os preços poderão ser revistos nas hipóteses previstas na Lei 8666/93, observados os parâmetros definidos na minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

CAPÍTULO VI
DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

76. O contrato poderá ser alterado, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas na Lei 8666/93.

77. Os atos de prorrogação, suspensão ou rescisão dos contratos administrativos sujeitar-se-ão às formalidades exigidas para a validade do contrato originário.

78. Independem de termo contratual aditivo, podendo ser registrado por simples apostila: a) a simples alteração na indicação dos recursos orçamentários ou adicionais custeadores da despesa, sem modificação dos respectivos valores; b) o reajustamento de preços previsto no edital e no contrato; c) as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento dos mesmos constantes.

CAPÍTULO VII
DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

79. A execução e a fiscalização do objeto contratual obedecerão as disposições previstas na minuta de contrato constante do instrumento convocatório, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização não eximirá a Contratada da total responsabilidade pelas obrigações assumidas.

CAPÍTULO VIII
DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

80. O recebimento do objeto contratual obedecerá as disposições previstas na minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

CAPÍTULO IX
DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

81. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Federal nº 8.666/93, observados os parâmetros definidos na minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

TÍTULO IX
DAS PENALIDADES

82. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 89 a 98 da Lei Federal nº 8.666/93, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 87 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

83. Para a aplicação das penalidades serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato, conforme previsão legal.

CAPÍTULO I
DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

84. Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos no art. 92, parágrafo único, nos arts. 93 a 95 e arts. 96 e 97 da Lei Federal nº 8.666/93

CAPÍTULO II
DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

85. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorram nos ilícitos previstos nos arts. 77, 81, 90, 92 (caput) e 93 da Lei Federal nº 8.666/93.

CAPÍTULO III
DA ADVERTÊNCIA VERBAL

86. Será advertido verbalmente a licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo o responsável pela licitação determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

CAPÍTULO IV
DO DESCRENCIAMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL

87. A licitante ou contratada será descredenciada do Sistema de Registro Cadastral quando, em razão da ocorrência das faltas previstas na Lei Federal nº 8.666/93, deixar de satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, ou regularidade fiscal e trabalhista exigidas para cadastramento.

CAPÍTULO V
DA MULTA

88. A recusa à assinatura do contrato, pelo adjudicatário, no prazo fixado no instrumento convocatório, ensejará a aplicação da pena de multa de mora no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

89. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista na minuta de contrato constante do instrumento convocatório, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/93.

TÍTULO X
DO FORO

90. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.